

ANTONIO CARLOS ROBERT MORAES

ANTONIO CARLOS ROBERT MORAES

Geografia

Pequena História Crítica

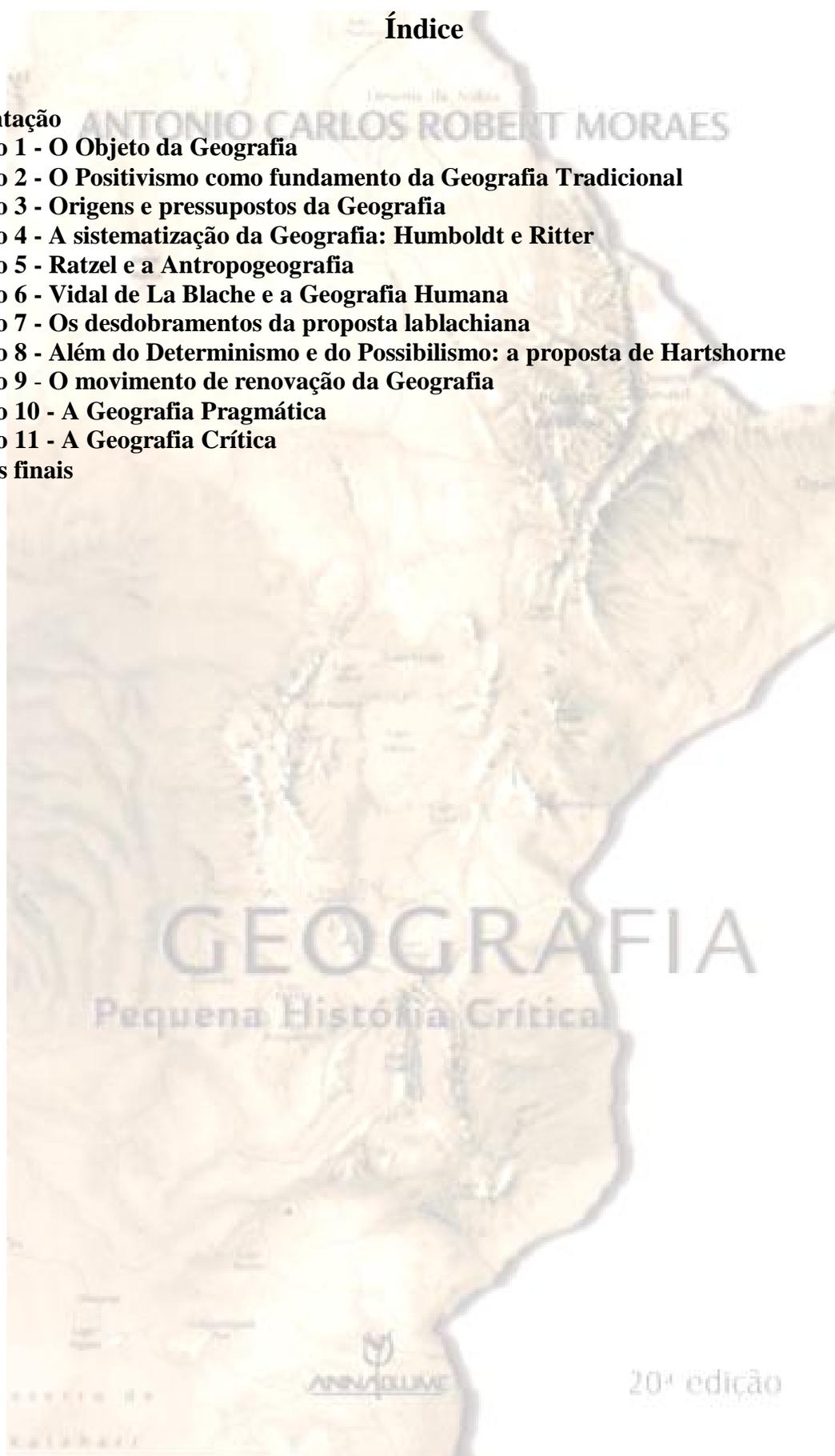
GEOGRAFIA
Pequena História Crítica

ANNO DOMINI

20ª edição

Índice

	Pág
Apresentação	3
Capítulo 1 - O Objeto da Geografia	4
Capítulo 2 - O Positivismo como fundamento da Geografia Tradicional	7
Capítulo 3 - Origens e pressupostos da Geografia	11
Capítulo 4 - A sistematização da Geografia: Humboldt e Ritter	15
Capítulo 5 - Ratzel e a Antropogeografia	18
Capítulo 6 - Vidal de La Blache e a Geografia Humana	22
Capítulo 7 - Os desdobramentos da proposta lablachiana	27
Capítulo 8 - Além do Determinismo e do Possibilismo: a proposta de Hartshorne	31
Capítulo 9 - O movimento de renovação da Geografia	34
Capítulo 10 - A Geografia Pragmática	37
Capítulo 11 - A Geografia Crítica	42
Palavras finais	48



Apresentação

Este livro foi escrito com um objetivo didático. Quem já se encontrou frente à necessidade de ministrar um curso introdutório e geral de Geografia, conheceu as dificuldades decorrentes da falta de bibliografia. Esta, parca em termos absolutos, se limita aos manuais franceses ou americanos; ambos insatisfatórios para quem visa um conhecimento crítico. O intuito da presente obra é o de contribuir para a superação desta situação, oferecendo um panorama dessa disciplina num tratamento que procura ir além das versões oficiais. Apresentamos aqui, de forma sucinta, como não poderia deixar de ser numa obra introdutória, o que foi e o que vem sendo o pensamento geográfico, tentando cotejar as formulações com as formulações com o contexto histórico que as engendrou. Assim, apontar algumas mediações mais evidentes entre a produção geográfica e o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

O plano de exposição apoiou-se no programa do curso que ministramos, nos anos de 1980/81, aos alunos de Ciências Sociais e História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. A prática didática ajudou muito na sistematização e organização dos tópicos. Nesse sentido, deixamos registrada nossa dívida de gratidão com nossos alunos que, através de debates e questionamentos, nos fizeram avançar no estudo da história do pensamento geográfico. Ainda ao nível dos agradecimentos, gostaríamos de mencionar o nome de Wanderley Messias da Costa, companheiro de muitos trabalhos, e que poderia mesmo ser considerado um co-autor de muitas partes deste volume. Também agradecemos ao amigo Milton La Huerta, pela leitura dos textos “na saída do forno” e pelas valiosas sugestões. Agradecemos ainda ao professor Geraldo Rodrigues, que gentilmente executou a revisão de nosso texto. Finalmente, gostaríamos de fazer um agradecimento ao conjunto do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, berço de nossas indagações geográficas, fonte de informações e estímulos, e espaço de nosso trabalho atual.

Se este livro estimular os geógrafos quanto à necessidade de repensar o passado de nossa disciplina, e contribuir para um sólido e claro posicionamento dos iniciantes, nossas expectativas estarão plenamente atingidas.



Capítulo 1

O objeto da Geografia

A questão que introduz este volume – o que é Geografia? – aparentemente é bastante simples, porém refere-se a um campo do conhecimento científico, onde reina enorme polêmica. Apesar da antiguidade do uso do rótulo Geografia, que foi mesmo incorporado ao vocabulário cotidiano (qualquer pessoa poderia dar uma explicação do seu significado), em termos científicos há uma intensa controvérsia sobre a matéria tratada por esta disciplina. Isto se manifesta na indefinição do objeto desta ciência, ou melhor, nas múltiplas definições que lhe são atribuídas.

Alguns autores definem a Geografia como o estudo da superfície terrestre. Esta concepção é a mais usual, e ao mesmo tempo a de maior vaguidade. Pois a superfície da Terra é o teatro privilegiado (por muito tempo o único) de toda reflexão científica, o que desautoriza a colocação de seu estudo como especificidade de uma só disciplina. Esta definição do objeto apóia-se no próprio significado etimológico do termo *Geografia* – descrição da Terra. Assim, caberia ao estudo geográfico descrever todos os fenômenos manifestados na superfície do planeta, sendo uma espécie de síntese de todas as ciências. Esta concepção origina-se das formulações de Kant. Para este autor, haveria duas classes de ciências, as especulativas, apoiadas na razão, e as empíricas, apoiadas na observação e nas sensações. Ao nível das segundas, haveria duas disciplinas de síntese, a Antropologia, síntese dos conhecimentos relativos ao homem, e a Geografia, síntese dos conhecimentos sobre a natureza. Desta forma, a tradição kantiana coloca a Geografia como uma ciência sintética (que trabalha com dados de todas as demais ciências), descritiva (que enumera os fenômenos abarcados) e que visa abranger uma visão de conjunto do planeta. As maiores polêmicas ensejadas por esta perspectiva, denominada corológica (visão espacial, em oposição à cronológica ou enfoque temporal), dizem respeito ao significado preciso do termo superfície terrestre. Alguns autores vão falar em biosfera (esfera do planeta, que apresenta formas viventes); em outros, em crosta terrestre (camada inferior da atmosfera, mais a camada superior da litosfera), encobrimdo, com a discussão terminológica, a vaguidade desta definição do objeto. Enfim, a idéia de descrição da superfície da Terra alimenta a corrente majoritária do pensamento geográfico.

Outros autores vão definir a Geografia como o estudo da paisagem. Para estes, a análise geográfica estaria restrita aos aspectos visíveis do real. A paisagem, posta como objeto específico da Geografia, é vista como uma associação de múltiplos fenômenos, o que mantém a concepção de ciência de síntese, que trabalha com dados de todas as demais ciências. Esta perspectiva apresenta duas variantes, para a apreensão da paisagem: uma, mantendo a tônica descritiva, se determinaria na enumeração dos elementos presentes e na discussão das formas – daí ser denominada de morfológica. A outra, se preocuparia mais com a relação entre os elementos e com a dinâmica destes, apontando para um estudo de fisiologia, isto é, do funcionamento da paisagem. A perspectiva da morfologia apresenta, em sua gênese, fundamentos oriundos da Estética: o capítulo inicial da obra de Humboldt *Cosmos* se intitula “Dos graus de prazer que a contemplação da natureza pode oferecer”, e um dos autores aí mais citados não é o filósofo ou cientista, mas o literato Goethe. Caberia observar o horizonte abarcado pela visão do investigador, e desta contemplação adviria a explicação. Daí a grande valorização da intuição, nos procedimentos de análise propostos por esta perspectiva, dela decorrendo uma considerável carga irracional no pensamento geográfico. A perspectiva da fisiologia da paisagem seria um organismo, com funções vitais e com elementos que interagem. À geografia caberia buscar estas inter-relações entre fenômenos de qualidades distintas que coabitam numa determinada porção do espaço terrestre. Esta perspectiva introduz a Ecologia no domínio geográfico.

Uma outra proposta encontrada, na verdade uma variação sutil da anterior, é a daqueles autores que propõem a Geografia como estudo da individualidade dos lugares. Para estes, o estudo geográfico deveria abarcar todos os fenômenos que estão presentes numa dada área, tendo por meta

compreender o caráter singular de cada porção do planeta. Alguns geógrafos vão buscar esta meta através da descrição exaustiva dos elementos, outros pela visão ecológica, encontrando, no próprio inter-relacionamento, um elemento de singularização. Em ambas as propostas, é a individualidade local o que importa. Esta perspectiva teria suas raízes em autores da Antiguidade Clássica, como Heródoto ou Estrabão, que realizaram estudos mostrando os traços naturais e sociais das terras, por onde andaram. Modernamente, tal perspectiva tem sua expressão mais desenvolvida na chamada Geografia Regional. Esta propõe, como objeto de estudo, uma unidade espacial, a região – uma determinada porção do espaço terrestre (de dimensão variável), passível de ser individualizada, em função de um caráter próprio.

A definição da Geografia, como estudo da diferenciação de áreas, é uma outra proposta existente. Tal perspectiva traz uma visão comparativa para o universo da análise geográfica. Busca individualizar áreas, tendo em vista compará-las com outras; daí a tônica nos dados que diferenciam cada uma. Desta forma, a explicação é buscada acima (se bem que por intermédio) dos casos singulares. Das definições vistas, esta é a primeira a propor uma perspectiva mais generalizadora e explicativa. São buscadas as regularidades da distribuição e das inter-relações dos fenômenos. Tal concepção é mais restritiva, em termos de abrangência, do pensamento geográfico.

Existem ainda autores que buscam definir a Geografia como o estudo do espaço. Para estes, o espaço seria passível de uma abordagem específica, a qual qualificaria a análise geográfica. Tal concepção, na verdade minoritária e pouco desenvolvida pelos geógrafos, é bastante vaga e encerra aspectos problemáticos. O principal deles incide na necessidade de explicitar o que se entende por espaço – questão polêmica, ao nível da própria Filosofia. Sem querer penetrar na polêmica, podem-se apontar três possibilidades mais usuais no trato da questão: o espaço pode ser concebido como uma categoria do entendimento, isto é, toda forma de conhecimento efetivar-se-ia através de categorias, como tempo, grau, gênero, espaço etc. Nesta concepção, o espaço, além de ser destituído de sua existência empírica, seria um dado de toda forma de conhecimento, não podendo qualificar a especificidade da Geografia. O espaço também pode ser concebido como um atributo dos seres, no sentido de que nada existiria sem ocupar um determinado espaço. Nesta concepção, o estudo do atributo espacial de qualquer fenômeno dar-se-ia na própria análise sistemática deste. Assim, não seria possível propô-lo como um estudo particular, logo, como objeto da Geografia. Finalmente, o espaço pode ser concebido como um ser específico do real, com características e com uma dinâmica própria. Aqui haveria a possibilidade de pensá-lo como objeto da Geografia, porém, só depois de demonstrar a afirmação efetuada. Esta perspectiva da Geografia, como estudo do espaço, enfatiza a busca da lógica da distribuição e da localização dos fenômenos, a qual seria a essência da dimensão espacial. Entretanto, esta Geografia, que propõe a dedução, só conseguiu se efetivar à custa de artifícios estatísticos e da quantificação. É um campo atual da discussão geográfica.

Finalmente, alguns autores definem a Geografia como o estudo das relações entre o homem e o meio, ou, posto de outra forma, entre a sociedade e a natureza. Assim, a especificidade estaria no fato de buscar essa disciplina explicar o relacionamento entre os dois domínios da realidade. Seria, por excelência, uma disciplina de contato entre as ciências naturais e as humanas, ou sociais. Dentro desta concepção aparecem, pelo menos, três visões distintas do objeto: alguns autores vão apreendê-lo como as influências da natureza sobre o desenvolvimento da humanidade. Estes tomam a ação do meio sobre os homens e as sociedades, como uma verdade inquestionável, e caberia à Geografia explicar as formas e os mecanismos pelos quais esta ação se manifesta. Desta forma, o homem é posto como um elemento passivo, cuja história é determinada pelas condições naturais, que o envolvem. O peso da explicação residiria totalmente no domínio da natureza. Tal perspectiva pode aparecer em formulações de um radicalismo gradual, porém o limite da ação humana sempre estaria no máximo na adaptação ao meio. Os fenômenos humanos seriam sempre efeitos de causas naturais; isto seria uma imposição da própria definição do objeto, identificado com aquelas influências. Outros autores, mantendo a idéia da Geografia, como o estudo da relação entre o

homem e a natureza, vão definir-lhe o objeto como a ação do homem na transformação deste meio. Assim, invertem totalmente a concepção anterior, dando o peso da explicação aos fenômenos humanos. Caberia estudar como o homem se apropria dos recursos oferecidos pela natureza e os transforma, como resultado de sua ação. Há ainda aqueles autores que concebem o objeto como a relação entre si, com os dados humanos e os naturais possuindo o mesmo peso. Para estes, o estudo buscaria compreender o estabelecimento, a manutenção e a ruptura do equilíbrio entre o homem e a natureza. A concepção ecológica informaria diretamente esta visão. A discussão, entre estas três visões do objeto, expressa o mais intenso debate do pensamento geográfico. Entretanto, em qualquer delas encontra-se a idéia de que a Geografia trabalha unitariamente, com os fenômenos naturais e humanos.

Este breve painel das definições da Geografia, que não pretendeu ser de modo nenhum exaustivo, já justifica a afirmação inicial, quanto às dificuldades contidas na proposta deste volume. O mosaico de definições apresentado restringe-se a formulações genéricas, não desce ao nível de propostas específicas, nem a autores particulares – o que multiplicaria enormemente o número e as possibilidades de definição. Pois, nas propostas singulares, muitas das vezes se encontrarão tentativas de relacionar duas ou mais das definições apresentadas. Além disso, quase todo autor dá uma roupagem própria (embora, às vezes, apenas ao nível terminológico) à sua concepção do objeto geográfico. Assim, o painel restringe-se a grandes modelos “puros” de definição, e apenas aos de maior repercussão.

Também se deve levar em conta que o painel abarcou somente as perspectivas da Geografia Tradicional, isto é, não foram abordadas as propostas atuais, oriundas do movimento de renovação, que domina o conjunto do pensamento geográfico contemporâneo. Isto mostra quão mais complexo é o problema da definição da Geografia. Levou-se em conta apenas a Geografia tradicional, pois é nessa que a questão do objeto aflora de modo mais contundente. A Geografia Renovada não se prende a uma visão tão estanque da divisão das ciências, não coloca barreiras tão rígidas entre as disciplinas, logo, não possui uma necessidade tão premente de formular uma definição formal do objeto. A Geografia Renovada busca sua legitimidade na operacionalidade (para o planejamento) ou na relevância social de seus estudos. Estas questões serão retomadas. Aqui, cabe apenas enfatizar que o painel apresentado se limita às perspectivas do pensamento geográfico tradicional.

Do que foi dito, pode-se depreender que inexistente um consenso, mesmo no plano formal, a respeito da matéria tratada pela Geografia. As várias definições formais de objeto atestam a controvérsia reinante. Diante deste fato, muitas pessoas poderiam perguntar de onde vem ou mesmo se existe, a unidade do pensamento geográfico. Para tentar encaminhar esta indagação, ainda se ficará no plano restrito da Geografia Tradicional.



Capítulo 2

O Positivismo como fundamento da Geografia Tradicional

Apesar do elevado número de definições de objeto existentes na reflexão geográfica, é possível apreender-se uma continuidade neste pensamento. Esta advém, principalmente, do fundamento comum de todas as correntes da Geografia Tradicional sobre as bases do positivismo. É nesta concepção filosófica e metodológica que os geógrafos vão buscar suas orientações gerais (as que não dizem respeito especificamente à Geografia). Os postulados do positivismo (aqui entendido como o conjunto das correntes não-dialéticas) vão ser o patamar sobre o qual se ergue o pensamento geográfico tradicional, dando-lhe unidade.

Uma primeira manifestação dessa filiação positivista está na redução da realidade ao mundo dos sentidos, isto é, em circunscrever todo trabalho científico ao domínio da aparência dos fenômenos. Assim, para o positivismo, os estudos devem restringir-se aos aspectos visíveis do real, mensuráveis, palpáveis. Como se os fenômenos se demonstrassem diretamente ao cientista, o qual seria mero observador. Daí a limitação de todos os procedimentos de análise à introdução, posta como a única via de qualquer explicação científica. Tal postura aparece na Geografia através da desgastada máxima – “A Geografia é uma ciência empírica, pautada na observação” – presente em todas as correntes dessa disciplina. Em primeiro lugar, coloca-se algo que é comum a todas as ciências – o referir-se ao real – como um elemento de especificidade da Geografia. E mais, numa visão empobrecedora da realidade, reduz-se esta a mero empirismo. A descrição, a enumeração e classificação dos fatos referentes ao espaço são momentos de sua apreensão, mas a Geografia Tradicional se limitou a eles; como se eles cumprissem toda a tarefa de um trabalho científico. E, desta forma, comprometeu estes próprios procedimentos, ora fazendo relações entre elementos de qualidade distinta, ora ignorando mediações e grandezas entre processos, ora formulando juízos genéricos apressados. E sempre concluindo com a elaboração de tipos formais, a-históricos e, enquanto tais, abstratos (sem correspondência com os fatos concretos). Esta concepção, presente em todas as definições apresentadas, emperrou a possibilidade de chegar a Geografia a um conhecimento mais generalizador, que não fosse à custa do formalismo tipológico. Enfim, de que ele ultrapassasse a descrição e a classificação dos fenômenos. Por esta razão, a Geografia Geral, tão almejada pelos geógrafos, na prática sempre se restringiu aos compêndios enumerativos e exaustivos, de triste memória para os estudantes do secundário.

Outra manifestação da filiação positivista, também traduzida numa máxima geográfica, é a idéia da existência de um único método de interpretação, comum a todas as ciências, isto é, a não-aceitação da diferença de qualidade entre o domínio das ciências humanas e o das ciências naturais. Tal método seria originário dos estudos da natureza, as ciências mais desenvolvidas, pelas quais as outras se deveriam orientar. Esta concepção, que incide na mais grave naturalização dos fenômenos humanos, se expressa na onipresente afirmação: “A Geografia é uma ciência de contato entre o domínio da natureza e o da humanidade”. Postura esta que serviu para tentar encobrir o profundo naturalismo, que perpassa todo o pensamento geográfico tradicional. O homem vai aparecer como um elemento a mais da paisagem, como um dado do lugar, como mais um fenômeno da superfície da Terra. Apesar de algumas vezes valorizado nas introduções dos estudos, no corpo do trabalho acaba reduzido a um fator, num conjunto de fatores. Daí a Geografia a falar sempre em população (um conceito puramente numérico), e tão pouco em sociedade. Na verdade, a Geografia sempre procurou ser uma ciência natural dos fenômenos humanos. Isto se expressa, por exemplo, na colocação de J. Brunhes de que, para a Geografia, a casa (como elemento fixo da paisagem) tem maior importância do que o morador. Ou, na afirmação de C. Vallaux, de que o homem importa, para a análise geográfica, por ser um agente de modelagem do relevo, por sua ação como força de erosão. Tal perspectiva naturalizante aparece com clareza no fato de buscar esta disciplina a compreensão do relacionamento entre o homem e a natureza, sem se preocupar com a relação entre

os homens. Desta forma, o especificamente humano, representado nas relações sociais, fica fora do seu âmbito de estudos.

Assim, a unidade do pensamento geográfico tradicional adviria do fundamento comum domado ao positivismo, manifesto numa postura geral, profundamente empirista e naturalista. Outra idéia, presente em todas as definições apresentadas, que indiretamente se vincula a este fundamento, está traduzida na máxima: “A Geografia é uma ciência de síntese”. Esta concepção alimenta-se no afã classificatório do positivismo, sempre às voltas com uma hierarquização das ciências. No caso, revelando enorme imodéstia, tornar-se-ia a Geografia como a culminância do conhecimento científico, isto é, como a disciplina que relacionaria e ordenaria os conhecimentos, produzidos por todas as demais ciências. Seria uma especificidade mesmo de fenômenos que compõem o real, num leque que abranjeria, desde aqueles tratados pela Física, até os do domínio da Economia ou da Antropologia. Assim, tudo entraria na análise geográfica, que desta forma tenderia a ser exaustiva em termos dos elementos abarcados. Tudo aquilo que interfere na vida da superfície da Terra seria passível de integrar o estudo; para se ter uma idéia de quão abrangente pode ser esta concepção, basta lembrar a afirmação de Humboldt de que os homens se relacionam com os fenômenos celestes através da luz e da gravitação. Esta concepção atribui à Geografia um caráter anti-sistemático, que a distinguiria das demais ciências, sendo por excelência um conhecimento sintético, que unificaria os estudos sistemáticos efetuados pelas demais ciências. Na verdade, a idéia de “ciência de síntese” serviu para encobrir a vaguidade e a indefinição do objeto. Tal idéia, que postulava um conhecimento excepcional, desvinculava tal ciência de uma exigência do próprio positivismo – a definição precisa do objeto de estudo. Assim, esta máxima serviu para legitimar o estudo geográfico com base num fundamento, do qual não se cumpriria uma exigência central.

Além de se apoiar nestas, a continuidade do pensamento geográfico também se sustentou à custa de alguns princípios elaborados no processo de constituição dessa disciplina, e tidos como inquestionáveis. Estes princípios, formulados a partir da pesquisa de campo, seriam conhecimentos definitivos sobre o universo da análise, que o geógrafo não poderia deixar de lado em seus estudos. Atuam assim como regras de procedimento, e por esta razão forneceram um elemento de unidade para a Geografia. A saber, são eles, para ficar apenas nos mais expressivos: O “princípio da unidade terrestre” – a Terra é um todo, que só pode ser compreendido numa visão de conjunto; o “princípio da individualidade” – cada lugar tem uma feição, que lhe é própria e que não se reproduz de modo igual em outro lugar; o “princípio da atividade” – tudo na natureza está em constante dinamismo; o “princípio da conexão” – todos os elementos da superfície terrestre e todos os lugares se inter-relacionam; o “princípio da comparação” – a diversidade dos lugares só pode ser apreendida pela contraposição das individualidades; o “princípio da extensão” – todo fenômeno manifesta-se numa porção variável do planeta; o “princípio da localização” – a manifestação de todo fenômeno é passível de ser delimitada. Estes princípios atuaram como um receituário de pesquisa, definindo regras gerais, no trato com o objeto, que, não podiam ser negligenciadas. De certo modo, definiam os traços que faziam um estudo aceito como de Geografia. Deve-se ressaltar que a idéia de princípio é bastante cara ao pensamento positivista, o que reafirma o juízo de que a Geografia deve sua unidade a um fundamento comum com esta corrente filosófica. No mais, a atitude principista restringiu uma verdadeira discussão de metodologia, dando margem para a diversidade de posições também nesse nível. A generalidade dos princípios permitia que posicionamentos metodológicos antagônicos convivessem em aparente unidade.

As máximas e os princípios são os responsáveis pela unidade e continuidade da Geografia. Ambos veiculam formações de um nível bastante elevado de generalidade e vaguidade, permitindo que se englobem em seu seio propostas díspares e mesmo antagônicas. Tal fato enseja os dualismos que perpassam todo o pensamento geográfico tradicional: Geografia Física – Geografia Humana, Geografia Geral – Geografia Regional, Geografia Sintética – Geografia Tópica e Geografia Unitária – Geografias Especializadas. Estas dualidades afloram, no trabalho prático de pesquisa, em vista da

não-resolução do problema do objeto, ao nível teórico. As soluções propostas são, na maior parte dos casos, puramente formais (lingüísticas), e se diluem na pesquisa de campo. Nesta, ou se dá ênfase aos fenômenos humanos, ou aos naturais; ou se trabalha com uma visão global do planeta, ou se avança na busca da individualidade de um dado lugar; ou se analisa a um nível superficial a totalidade dos elementos presentes, ou se aprofunda o estudo apenas numa classe de elementos. Enfim, a prática de pesquisa força as opções claras, que a indefinição do objeto e a vaguidade e generalidade dos princípios e máximas deixaram em aberto. Estas dualidades perseguem a Geografia Tradicional, como uma sombra.

As máximas e os princípios vão sendo incorporados e transmitidos, no pensamento geográfico, de uma forma não-crítica. Isto é, são tomados como afirmações verdadeiras, que em momento nenhum são questionadas. Tal fato decorre de serem tais afirmações o patamar dos estudos geográficos, o qual, apesar de frágil, fornece a única sustentação da autoridade e legitimidade desta disciplina. Se questionado e contestado esse apoio, viria a ruir o edifício geográfico. Assim, a assimilação acrítica das máximas e princípios teria por função evitar que se rompesse a autoridade da Geografia, para isto não questionando a fragilidade de suas formulações. Tal prática se apóia na defesa de posições assentadas, no receio às inovações e na falta de perspectiva. Porém, tudo isso dissimulado sob a capa da tradição. A repetição constante das máximas e princípios vai-lhes dando um tom de verdade consuetudinária; fetichizam-se, adquirem ares de legitimidade. No limite, são assimilados, pelos autores menos críticos e por aqueles que se encontram às voltas com a pesquisa empírica, de forma automática, sem uma avaliação detalhada, e mesmo sem consciência de seus fundamentos implícitos. Por isso as dualidades se mantêm, e se reproduzem.

De todas estas razões, surgem as dificuldades para qualquer um que se proponha a explicar o que é a Geografia. E, mesmo assim, sem se haver penetrado no movimento de renovação da Geografia, empreendido a partir dos anos sessenta, o qual engendra uma série de novas definições, além de abrir a possibilidade para outras tantas. Este, colocando perspectivas de fundamentação fora do positivismo clássico (a Fenomenologia, o estruturalismo, o neo-positivismo, e o marxismo, entre outras), abre à discussão geográfica caminhos até então nunca trilhados, o que vai multiplicar as dificuldades existentes para definir a matéria tratada por esta disciplina.

Na verdade, as máximas, os princípios e, principalmente, o trabalho de pesquisa, engendrado em anos de atividades (quase dois séculos de Geografia), acabam por constituir um temário geral, ao qual se associa a designação de Geografia. Isto só facilita em parte a tarefa de definir esta disciplina, pois fornece uma indicação genérica e implícita da matéria por ela tratada. Serve mais para dizer o que não é Geografia, do que para definir-lhe o objeto. O temário realiza a circunscrição mais abrangente do domínio do conhecimento geográfico. É ele que, apesar de constituído no período da Geografia tradicional, é mantido pelo movimento renovador, criando um elo entre os produtos destes dois pensamentos. Entretanto, como já foi mencionado, este temário é implícito. E, mais ainda, só se manifesta substantivado nas propostas teóricas e nos trabalhos empíricos desenvolvidos. Assim, sua fluidez não lhe permite ser a definição do objeto em si. Caso se tentasse assim proceder, reeditar-se-ia a vaguidade das definições positivistas da Geografia tradicional.

Pelo temário geral da Geografia, essa disciplina discute os fatos referentes ao espaço e, mais, a um espaço concreto finito e delimitável – a superfície terrestre. Só será geográfico um estudo que aborde a forma, ou a formação, ou a dinâmica (movimento ou funcionamento), ou a organização, ou a transformação do espaço terrestre. Qualquer tentativa de explicitar ou precisar estes enunciados redundaria em “mais uma definição formal”, que limitaria a generalidade e a vaguidade do temário, à custa de uma proposta parcial, que deixaria de lado algumas perspectivas. Seria vã toda tentativa de buscar um consenso, que não fosse vago. A impossibilidade de existir um conteúdo consensual na Geografia está no fato de o temário geral se substantivar em propostas apoiadas em concepções de mundo, em metodologias e em posicionamentos sociais diversificados, e muitas vezes

antagônicos. As várias definições do objeto geográfico refletem (e refletirão sempre) o temário geral, filtrado à luz de posicionamentos sociais (políticos, ideológicos e científicos) diferenciados. Só através do mito da ciência asséptica, supra-ideológica, “que paira acima das paixões”, seria possível pensar uma definição de objeto consensual. Sendo a sociedade de classes, logo conflituosa, e sendo as ciências expressões dessa sociedade, como esperar que nelas reine a harmonia?

Os métodos de interpretação expressam posicionamentos sociais, ao nível da ciência. A existência da diversidade metodológica expressa o conflito, que reina numa sociedade de classes. À luta de classes corresponde a luta ideológica, que tem, no domínio do conhecimento científico, seu palco privilegiado. A Geografia, aceitando-se este rótulo como o que nomina os estudos abarcados pelo temário geral apresentado, sendo também uma emanção da prática social, não escapa a esse quadro. Toda tentativa de definir o objeto geográfico, que não leve em conta esta realidade, é dissimuladora, ideológica. As diferenciadas propostas veicularão sempre conteúdos e interesses da classe. Sendo a estrutura de classes contraditória, as propostas serão necessariamente antagônicas.

Frente a estas razões, a pergunta – o que é Geografia? – adquire uma conotação nova. Escapa-se do plano da abstração, quando se aceita que existem tantas Geografias quanto forem os métodos de interpretação. E mais, que Geografia é apenas um rótulo, referido a um temário geral. E que este só se substantiva através de propostas orientadas por métodos, que expressam posicionamentos sociais. Assim, o que é Geografia dependerá da postura política, do engajamento social, de quem faz Geografia. Assim, existirão tantas Geografias, quantos forem os posicionamentos sociais existentes.

Dessa forma, explicar o que é Geografia, passa a ser a explicitação do conteúdo de classes subjacente a cada proposta. Assim, cabe realizar uma breve história crítica do pensamento geográfico, enfatizando os interesses e as tarefas veiculadas por esta disciplina. Um geógrafo militante já disse que “a Geografia é uma prática social referida ao espaço terrestre”, a qual pode ser de dominação (como tem sido na maioria das vezes), mas também de libertação. Por isso, cabe também realizar um inventário da discussão geográfica recente, analisando as propostas surgidas após o movimento de renovação. E, através dessas, identificar os agentes e as práticas sociais referidas ao espaço em jogo na atualidade. Em outras palavras, investigar o estágio da luta ideológica, desenvolvida nesse campo de debate específico, que é a Geografia. E mais, em função desta luta, propor direcionamentos gerais, que permitam pensar esta disciplina como instrumento de uma prática libertadora.



Capítulo 3

Origens e pressupostos da Geografia

O rótulo Geografia é bastante antigo, sua origem remonta à Antiguidade Clássica, especificamente ao pensamento grego. Entretanto, apesar da difusão do uso deste termo, o conteúdo a ele referido era por demais variado. Ficando apenas ao nível do pensamento grego, aí já se delineiam algumas perspectivas distintas de Geografia: uma, com Tales e Anaximandro, privilegia a medição do espaço e a discussão da forma da Terra, englobando um conteúdo hoje definido como da Geodésia; outra, com Heródoto, se preocupa com a descrição dos lugares, numa perspectiva regional. Isto para não falar daquelas discussões, hoje tidas como geográficas, mas que não apareciam sob esta designação, como a da relação entre o homem e o meio, presente em Hipócrates, cuja principal obra se intitula *Dos ares, dos mares e dos lugares*. Muitas vezes, na obra de um mesmo autor, aparece em vários momentos a discussão de temas, hoje tidos como da Geografia, sem que houvesse a mínima conexão entre eles; é o caso, por exemplo, de Aristóteles, que discute a concepção de lugar, na sua *Física*, sem articulá-la com a discussão da relação homem-natureza, apresentada em sua *Política*, e sem vincular esses estudos com sua *Meteorologia* (onde ensaia uma classificação dos tipos de clima) e com suas descrições regionais, como a efetuada sobre o Egito.

Desta forma, pode-se dizer que o conhecimento geográfico se encontrava disperso. Por um lado, as matérias apresentadas com essa designação eram bastante diversificadas, sem um conteúdo unitário. Por outro lado, muito do que hoje se entende por Geografia, não era apresentado com este rótulo. Este quadro vai permanecer inalterado até o final do século XVIII. Isto não quer dizer que inexistam autores expressivos, no decorrer deste enorme período da História da humanidade, que tenham dado esta rotulação a seus estudos. Basta pensar em Cláudio Ptolomeu, que escreve uma obra *Síntese Geográfica* que, principalmente em sua versão árabe intitulada *Almagesto*, vai constituir-se num dos principais veículos que resgatam as descobertas do pensamento grego clássico, durante a Idade Média. Ou em Bernardo Varenius, cuja obra *Geografia Generalis* vai ser um dos fundamentos das teorias de Newton. Porém, ao se analisar as colocações desses autores, observa-se que a maior parte dos temas tratados pouco ou nada têm em comum com o que posteriormente será considerado Geografia.

Assim, até o final do século XVIII, não é possível falar de conhecimento geográfico, como algo padronizado, com um mínimo que seja de unidade temática, e de continuidade nas formulações. Designam-se como Geografia: relatos de viagem, escritos em tom literário; compêndios de curiosidades, sobre lugares exóticos; áridos relatórios estatísticos de órgãos de administração; obras sintéticas, agrupando os conhecimentos existentes a respeito dos fenômenos naturais; catálogos sistemáticos, sobre os continentes e os países do Globo etc. Na verdade, trata-se de todo um período de dispersão do conhecimento geográfico, onde é impossível falar dessa disciplina como um todo sistematizado e particularizado. Néelson Werneck Sodré denomina-o de “pré-história da Geografia”.

A sistematização do conhecimento geográfico só vai ocorrer no início do século XIX. E nem poderia ser de outro modo, pois pensar que a Geografia como um conhecimento autônomo, particular, demandava um certo número de condições históricas, que somente nesta época estarão suficientemente maturadas. Estes pressupostos históricos da sistematização geográfica objetivam-se no processo de produção. Assim, na própria constituição do modo de produção capitalista.

O primeiro destes pressupostos dizia respeito ao conhecimento efetivo da extensão real do planeta. Isto é, era necessário que a Terra toda fosse conhecida para que fosse pensado de forma unitária o seu estudo. O conhecimento da dimensão e da forma real dos continentes era a base para a idéia de conjunto terrestre, concepção basilar para a reflexão geográfica. Esta condição começa a se realizar com as “grandes navegações”, e as conseqüentes descobertas, efetuadas pelos europeus, a partir do quinhentismo. A constituição de um espaço mundial, que tem por centro difusor a

Europa, é elemento destacado do processo de transição do feudalismo para capitalismo. A formação deste modo de produção exige a articulação de suas relações a uma escala planetária, o que faz expandir sua área de ação das sociedades européias a todo o globo terrestre. Este processo de formação de um espaço mundializado, pela primeira vez na História da humanidade, só está plenamente constituído em fins do século XIX. O que não quer dizer que, nesta época, todos os pontos da Terra já haviam sido visitados, mas que sua existência era conhecida. Havia consciência dos contornos gerais da superfície terrestre, das terras existentes.

Outro pressuposto da sistematização da Geografia era a existência de um repositório de informações, sobre variados lugares da Terra. Isto é, que os dados referentes aos pontos mais diversificados da superfície já estivessem levantados (com uma margem de confiança razoável) e agrupados em alguns grandes arquivos. Tal condição incidia na formação de uma base empírica, para a comparação em Geografia. Só a partir daí, seria possível discorrer, com base em evidências, sobre o caráter variável dos lugares, sobre a diversidade da superfície da Terra. Assim, o levantamento de realidades locais, em número elevado, aparece como fundamento de uma reflexão geográfica sólida. Tal condição vai se substantivando com o próprio avanço do mercantilismo e com a formação dos impérios coloniais. A apropriação de um dado território implicava o estabelecimento de uma relação mais estreita com os elementos aí existentes, logo, num maior conhecimento de sua realidade local. O domínio implicava em ir além do simples conhecimento de novas terras, era necessário penetrá-las e criar aí estabelecimentos constantes, enfim apropriá-las. A exploração produtiva dos territórios coloniais, com o estabelecimento de atividades econômicas, aprofundava ainda mais o conhecimento de suas características. Com o desenvolvimento do comércio colonial, os Estados europeus vão incentivar o inventário dos recursos naturais, presentes em suas possessões, gerando informações mais sistemáticas, e observações mais científicas. Assim, passou-se dos relatos ocasionais aos levantamentos mais técnicos; das expedições exploradoras às expedições científicas. O interesse dos Estados levou ainda à fundação de institutos nas metrópoles, que passaram a agrupar o material recolhido, como as sociedades geográficas e os escritórios coloniais. A Geografia da primeira metade do século XIX foi, fundamentalmente, a elaboração desse material.

Outro pressuposto para o aparecimento de uma Geografia unitária, residia no aprimoramento das técnicas cartográficas, o instrumento por excelência do geógrafo. Era necessário haver possibilidade de representação dos fenômenos observados, e da localização dos territórios. Assim, a representação gráfica, de modo padronizado e preciso, era um requisito da reflexão geográfica; era também uma necessidade posta pela expansão do comércio. O aparecimento de uma economia global, que articulava distintas e longínquas partes da Terra, demandava mapas e cartas mais precisas. Era fundamental, para a navegação, poder calcular as rotas, saber a orientação das correntes e dos ventos predominantes, e a localização correta dos portos. Estas exigências fizeram desenvolver o instrumental técnico da cartografia. Finalmente, a descoberta das técnicas de impressão, difundiu e popularizou as cartas e os Atlas.

Todas estas condições materiais, para a sistematização da Geografia, são forjadas no processo de avanço e domínio das relações capitalistas. Dizem respeito ao desenvolvimento das forças produtivas, subjacente à emergência do novo modo de produção. Entretanto, existe uma outra classe de pressupostos, a dos referidos à evolução do pensamento. Estes se substantivam no movimento ideológico, engendrado pelo processo de transição do feudalismo ao capitalismo. Assim, foram a correspondência, no plano filosófico e científico, das transformações operadas ao nível econômico e político. Estes pressupostos implicavam a valorização dos temas geográficos pela reflexão da época, a ponto de legitimarem a criação de uma disciplina específica dedicada a eles. Estas condições necessárias se expressam nas fontes imediatas do pensamento geográfico, naqueles autores e escritos diretamente citados pelos primeiros geógrafos. Assim, estes

pressupostos referem-se ao conjunto de formulações que, incidindo sobre os temas tratados pela geografia, valorizam-nos, legitimam-nos, enfim dotam-nos de uma cidadania acadêmica.

Uma primeira valorização do temário geográfico vai ocorrer na discussão da Filosofia. As correntes filosóficas do século XVIII vão propor explicações abrangentes do mundo; formulam sistemas que buscam a compreensão de todos os fenômenos do real. A meta geral de todas as escolas, neste período, será a afirmação das possibilidades da razão humana; a aceitação da existência de uma ordem, na manifestação de todos os fenômenos, passível de ser apreendida pelo entendimento e enunciada em termos sistemáticos; uma fé na viabilidade de uma explicação racional do mundo. Esta postura progressista insere-se no movimento de refutação dos resquícios de ordem feudal, pois esta se apoiava numa explicação teológica do mundo. Propor a explicação racional do mundo implicava deslegitimar a visão religiosa, logo, a ordem social por ela legitimada. Esta perspectiva, de explicar todos os fenômenos, englobava também aqueles tratados pela Geografia, sendo assim um fundamento geral de sua sistematização. Porém, havia discussões filosóficas específicas, que diretamente tratavam de temas geográficos. Os autores que se dedicaram à Filosofia do Conhecimento, como Kant ou Leibniz, enfatizaram a questão do espaço. No caso de Kant, sem articular esta discussão (posta ao nível da “razão pura”) com aquela por ele efetuada com o rótulo explícito de Geografia (posta ao nível da “razão prática”). Outros filósofos, que discutiram a Filosofia da História, como Hegel ou Herder, destacaram a questão da influência do meio sobre a evolução das sociedades. Herder levanta uma idéia, que será acatada com entusiasmo pelos geógrafos, a de ver a Terra como “teatro da humanidade”. Enfim, estas formulações trouxeram uma valorização do temário da Geografia.

Outra fonte da sistematização geográfica pode ser detectada nos pensadores políticos do Iluminismo. Estes autores foram os porta-vozes do novo regime político, os ideólogos das revoluções burguesas, os propositores da organização institucional, que interessava ao modo de produção emergente. Em suas argumentações, passaram por temas próprios da Geografia, notadamente ao discutir as formas de poder e de organização do Estado. Rousseau, por exemplo, discutiu a relação entre a gestão do Estado, as formas de representação e a extensão do território de uma sociedade. Dizia ele que a democracia só era possível nas nações pouco extensas, e que os Estados de grandes dimensões territoriais tendiam necessariamente a formas de governo autocráticas. Outro autor iluminista, Montesquieu, em sua célebre obra *O espírito das leis*, dedica todo um capítulo à discussão sobre a ação do meio no caráter dos povos. Nesse sentido, elabora teses profundamente deterministas, como a de que os povos que habitam regiões montanhosas teriam uma índole pacífica (pois contariam com uma proteção natural do meio), ao passo que os habitantes da planície seriam naturalmente guerreiros (em face da contínua possibilidade de invasões propiciada pelo relevo plano). De todo modo, estas discussões vieram enriquecer a posição desfrutada pelos temas geográficos; suas citações são comuns nos trabalhos dos primeiros geógrafos.

Também os trabalhos desenvolvidos pela Economia Política atuaram na valorização dos temas geográficos. Esta disciplina foi responsável pelas primeiras análises sistemáticas de fenômenos da vida social. Seu desenvolvimento precoce se deve às próprias necessidades práticas postas pelo incremento do comércio e das relações econômicas em geral, que impunham a criação de uma contabilidade racional e a ordenação padronizada das finanças. Os economistas políticos discutiram questões geográficas, ao tratar de temas como a produtividade natural do solo; a dotação diferenciada dos lugares, em termos de recursos minerais; o problema da distância, o do aumento populacional, entre outros. Suas teorias divulgaram estas questões, que posteriormente constituiriam o temário clássico da Geografia. Daí o fato de autores, como Adam Smith e Malthus serem citados com frequência pelos sistematizadores do conhecimento geográfico.

Finalmente, o temário geográfico vai obter o pleno reconhecimento de sua autoridade, com o aparecimento das teorias do Evolucionismo. Estas, contemporâneas da sistematização da geografia,

forneceram o patamar imediato da legitimação científica dessa disciplina. O Evolucionismo, visto como conjunto de teorias, que partem das formulações de Darwin e Lamarck, dá um lugar de destaque, em sua explicação, ao papel desempenhado pelas condições ambientais; na evolução das espécies, a adaptação ao meio seria um dos processos fundamentais. São inúmeras as alusões a Darwin e Lamarck, nas obras dos primeiros geógrafos. Também um discípulo deste, Haeckel, vai ser bastante citado; desenvolveu a idéia de Ecologia, isto é, do estudo da inter-relação dos elementos que coabitam um dado espaço. Dada a difusão das teorias evolucionistas, no meio acadêmico da época, a Geografia nelas teve uma base científica sólida para suas indagações. Tal fonte foi, em grande parte, responsável pela metodologia naturalista, que impregnou as propostas dos primeiros geógrafos e que passou, como herança, aos seus sucessores.

Ao início do século XIX, a malha dos pressupostos históricos da sistematização da Geografia já estava suficientemente tecida. A Terra estava toda conhecida. A Europa articulava um espaço de relações econômicas mundializado, o desenvolvimento do comércio punha em contato os lugares mais distantes. O colonizador europeu detinha informações dos pontos mais variados da superfície terrestre. As representações do Globo estavam desenvolvidas e difundidas pelo uso cada vez maior dos mapas, que se multiplicavam. A fé na razão humana, posta pela Filosofia, abria a possibilidade de uma explicação racional para qualquer fenômeno da realidade. As bases da ciência moderna já estavam assentadas. As ciências naturais haviam constituído um cabedal de conceitos e teorias, do qual a Geografia lançaria mão, para formular seu método. E, principalmente, os temas geográficos estavam legitimados como questões relevantes, sobre as quais cabia dirigir indagações científicas.

Estas condições haviam se constituído no próprio processo de formação, avanço e domínio das relações capitalistas. Tal processo realiza tanto os pressupostos materiais, quanto os vinculados à evolução do pensamento. A sistematização da Geografia, sua colocação como uma ciência particular e autônoma, foi um desdobramento das transformações operadas na vida social, pela emergência do modo de produção capitalista. E, mais, a Geografia foi, na verdade, um instrumento da etapa final deste processo de consolidação do capitalismo, em determinados países da Europa. Assim, os pressupostos históricos e as fontes da sistematização geográfica se forjaram no período da transição, na “fase heróica” da burguesia, em que esta classe agia e pensava no sentido de transformar a ordem social existente. Sua luta, contra os resquícios do modo de produção feudal, dava um conteúdo progressista à sua prática e ao seu pensamento. Por outro lado, a sistematização geográfica, em si mesma, ocorria já num momento de pleno domínio das relações capitalistas, em que a burguesia já se sedimentara no controle dos Estados. Deste modo, a efetivação da Geografia, como um corpo de conhecimentos sistematizado ocorria já no período da decadência ideológica do pensamento burguês, em que a prática dessa classe, então dominante, visava a manutenção da ordem social existente. Este é um dado fundamental para se compreender o que foi a Geografia.

O processo de transição do feudalismo para o capitalismo manifestou-se a nível continental na Europa. Porém, não de forma homogênea. Ao contrário, obedecendo a particularidades, em cada país onde se apresentou. Existiram, assim, vias singulares de desenvolvimento do capitalismo, que engendraram manifestações ímpares. A Geografia será filha de uma destas singularidades. Aquela da via particular do desenvolvimento do capitalismo na Alemanha, sem a qual não se pode compreender a sistematização da Geografia. Os autores considerados os pais da Geografia, aqueles que estabelecem uma linha de continuidade nesta disciplina, são alemães – Humboldt e Ritter. Na verdade, todo o eixo principal da elaboração geográfica, no século XIX, estará sediado neste país. É da Alemanha que aparecem os primeiros institutos e as primeiras cátedras dedicadas a esta disciplina; é de lá que vêm as primeiras teorias e as primeiras propostas metodológicas; enfim, é lá que se formam as primeiras correntes de pensamento. Tal relação, entre o aparecimento da Geografia e a via do desenvolvimento do capitalismo na Alemanha, não é gratuita ou aleatória. Por esta razão, cabe discuti-la.

Capítulo 4

A sistematização da Geografia: Humboldt e Ritter

A especificidade da situação histórica da Alemanha, no início do século XIX, época que se dá a eclosão da Geografia, está no caráter tardio da penetração das relações capitalistas nesse país. Na verdade, o país não existe enquanto tal, pois ainda não se constituiu como Estado Nacional. A Alemanha de então é um aglomerado de feudos (ducados, principados, reinos) cuja única ligação reside em alguns traços culturais comuns. Inexistente qualquer unidade econômica ou política, a primeira começando a se formar no decorrer do século XIX, a segunda só se efetivando em 1870, com a unificação nacional. Assim, a Alemanha não conhece a monarquia absoluta (forma de governo própria do período de transição), nem qualquer outro tipo de governo centralizado. O poder está nas mãos dos proprietários de terras, sendo absoluto e a nível local – a estrutura feudal permanece intacta. É neste quadro que as relações capitalistas vão penetrar, sem romper (ao contrário, conciliando) com a ordem vigente. Tal penetração vai produzir um arranjo singular, aquilo que já foi chamado por alguns autores de “feudalismo modernizado”. Isto é, um relativo desenvolvimento do capitalismo, engendrado por agentes sociais próprios do feudalismo – a aristocracia agrária; uma transformação econômica, que se opera sem alterar a estrutura do poder existente.

O capitalismo penetra no quadro agrário alemão sem alterar a estrutura fundiária. A propriedade da terra, origem de todo o poder, permanece nas mãos dos elementos pré-capitalistas. Estes se tornam capitalistas, pela destinação dada à produção: o latifúndio, que possuía uma economia fechada, de autoconsumo, passa a produzir para um mercado. Entretanto, as relações de trabalho não se alteram – a servidão (forma de relação de trabalho típica do feudalismo) permanece como base de toda a produção. Assim, mesclam-se elementos tipicamente feudais com outros próprios do capitalismo: produção para o mercado, com trabalho servil. O comércio local não se desenvolve, sendo a produção destinada ao exterior. O comércio entre as unidades, os principados e os ducados alemães, também não se intensifica, em função das barreiras alfandegárias existentes entre eles. Em função disso, pouco se desenvolvem as cidades, e também a classe que lhes é própria – a burguesia. Esta, pulverizada e débil, é na verdade uma pequena burguesia local; não consegue impor seus interesses, como suas congêneres francesa ou inglesa. Não ocorre, na Alemanha, uma revolução democrático-burguesa. A burguesia alemã só se desenvolverá à sombra do Estado, e de um Estado comandado pela aristocracia agrária. Este é o quadro da Alemanha, na virada do século XVIII.

A própria sedimentação das relações capitalistas e, principalmente, o expansionismo napoleônico, vão acender nas classes dominantes alemãs a idéia da unificação nacional. Esta meta passa a ser, a partir de um certo momento, uma necessidade para a própria continuidade do desenvolvimento alemão. Este se havia acelerado, em função do bloqueio continental imposto por Bonaparte, que propiciou uma incipiente industrialização em algumas cidades da Alemanha, além de incrementar o comércio interno. Este ideal de unidade vai ter sua primeira manifestação concreta com a formação, em 1815, da “Confederação Germânica”, que congregou todos os principados alemães e os reinos da Áustria e da Prússia. Apesar de não constituir ainda uma unificação nacional, estabeleceu maiores laços econômicos entre seus membros, com o fim dos impostos aduaneiros entre eles. É dentro desta situação que se pode compreender a eclosão da Geografia.

A falta da constituição de um Estado nacional, a extrema diversidade entre os vários membros da Confederação, a ausência de relações duráveis entre eles, a inexistência de um ponto de convergência das relações econômicas – todos estes aspectos conferem à discussão geográfica uma relevância especial, para as classes dominantes da Alemanha, no início do século XIX. Temas como domínio e organização do espaço, apropriação do território, variação regional, entre outros,

estarão na ordem do dia na prática da sociedade alemã de então. É, sem dúvida, deles que se alimentará a sistematização geográfica. Do mesmo modo como a Sociologia aparece na França, onde a questão central era a organização social (um país em que a luta de classes atingia um radicalismo único), a Geografia surge na Alemanha onde a questão do espaço era a primordial.

As primeiras colocações, no sentido de uma Geografia sistematizada, vão ser a obra de dois autores prussianos ligados à aristocracia: Alexandre Von Humboldt, conselheiro do rei da Prússia, e Karl Ritter, tutor de uma família de banqueiros. Ambos são contemporâneos e pertencem à geração que vivencia a Revolução Francesa: Humboldt nasce em 1769 e Ritter em 1779; os dois morreram em 1859, ocupando altos cargos da hierarquia universitária alemã.

Humboldt possuía uma formação de naturalista e realizou inúmeras viagens. Sua proposta de Geografia aparece na justificativa e explicitação de seus próprios procedimentos de análise. Assim, não estava preocupado em formular os princípios de uma nova disciplina. Desta forma, seu trabalho não tinha um conteúdo normativo explícito. Seus principais livros são *Quadros da Natureza* e *Cosmos*, ambos publicados no primeiro quartel do século XIX. Humboldt entendia a Geografia como a parte terrestre da ciência do cosmos, isto é, como uma espécie de síntese de todos os conhecimentos relativos à Terra. Tal concepção transparece em sua definição do objeto geográfico, que seria: “A contemplação da universalidade das coisas, de tudo que coexiste no espaço concernente a substâncias e forças, da simultaneidade dos seres materiais que coexistem na Terra”. Caberia ao estudo geográfico: “reconhecer a unidade na imensa variedade dos fenômenos, descobrir pelo livre exercício do pensamento e combinando as observações, a constância dos fenômenos em meio a suas variações aparentes”. Desta forma, a Geografia seria uma disciplina eminentemente sintética, preocupada com a conexão entre os elementos, e buscando, através dessas conexões, a causalidade existente na natureza. Em termos de método, Humboldt propõe o “empirismo raciocinado”, isto é, a intuição a partir da observação. O geógrafo deveria contemplar a paisagem de uma forma quase estética (daí o título do primeiro capítulo do *Cosmos*: “Dos graus de prazer que a contemplação da natureza pode oferecer”). A paisagem causaria no observador uma “impressão”, a qual, combinada com a observação sistemática dos seus elementos componentes, e filtrada pelo raciocínio lógico, levaria à explicação: à causalidade das conexões contidas na paisagem observada. Daí a afirmação de Humboldt: “a causalidade introduz a unidade entre o mundo sensível e o mundo do intelecto”. Pois é, ao mesmo tempo, algo existente de fato na natureza, porém só apreensível pela razão, assim, uma inerência do objeto e uma construção do sujeito.

A obra de Ritter já é explicitamente metodológica. Em seu principal trabalho, *Geografia Comparada*, há um intuito deliberado de propor uma Geografia, sendo assim um livro normativo. A formação de Ritter também é radicalmente distinta da de Humboldt, enquanto aquele era geólogo e botânico, este possui formação em Filosofia e História. Ritter define o conceito de “sistema natural”, isto é, uma área delimitada dotada de uma individualidade. A Geografia deveria estudar estes arranjos individuais, e compará-los. Cada arranjo abarcaria um conjunto de elementos, representando uma totalidade, onde o homem seria o principal elemento. Assim, a geografia de Ritter é, principalmente, um estudo dos lugares, uma busca da individualidade destes. Toda esta proposta se assentava na arraigada perspectiva religiosa desse autor. Para ele, a ciência era uma forma de relação entre o homem e o “criador” (com uma dimensão interior de revelação), uma tentativa de aprimoramento das ações humanas, assim uma aproximação à divindade. Neste sentido, caberia à Geografia explicar a individualidade dos sistemas naturais, pois nesta se expressaria o desígnio da divindade ao criar aquele lugar específico. A meta seria chegar a uma harmonia entre a ação humana e os desígnios divinos, manifestos na variável natureza dos meios. Para Ritter, a ordem natural obedeceria a um fim previsto por Deus, a causalidade da natureza obedeceria à designação divina do movimento dos fenômenos. Deste modo, haveria uma finalidade na natureza, logo uma predestinação dos lugares. Compreender esta predestinação seria a tarefa do conhecimento geográfico, que no limite, para esse autor, seria uma forma de “contemplação da

própria divindade”. A proposta de Ritter é, por estas razões, antropocêntrica (o homem é o sujeito da natureza), regional (aponta para o estudo de individualidades), valorizando a relação homem-natureza. Em termos de método, Ritter vai reforçar a análise empírica – para ele, é necessário caminhar de “observação em observação”.

A obra destes dois autores compõe a base da Geografia Tradicional. Todos os trabalhos posteriores vão se remeter às formulações de Humboldt e Ritter, seja para aceitá-las, ou refutá-las. Apesar das diferenças entre estas – a Geografia de Ritter é regional e antropocêntrica, a de Humboldt busca abarcar todo o Globo sem privilegiar o homem – os pontos coincidentes vão aparecer, para os geógrafos posteriores, como fundamentos inquestionáveis de uma Geografia unitária. Assim, estes autores criam uma linha de continuidade no pensamento geográfico, coisa até então inexistente. Além disso, há de se ressaltar o papel institucional, desempenhado por eles, na formação das cátedras dessa disciplina, dando assim à Geografia uma cidadania acadêmica. Entretanto, apesar deste peso no pensamento geográfico posterior, não deixam discípulos diretos. Isto é, não formam uma “escola”. Deixam uma influência geral, que será resgatada por todas as “escolas” da Geografia Tradicional.

As colocações de Humboldt e Ritter são bastante divulgadas. Vários dos mais eminentes geógrafos da geração seguinte foram alunos deste último: E. Reclus, Semenov Tyan-Shanskiy, F. Von Richthofen, entre outros. Porém, mesmo estes formulam propostas próprias. Foi talvez na Rússia que as idéias de Humboldt e Ritter tiveram aplicação mais literal, em autores como Mushketov, Dokuchaev e Woiekov. Apesar de realizar a Geografia russa vigoroso trabalho de campo, é, sem dúvida, na Alemanha que a discussão metodológica permanece acesa. Portanto, foi desse país que vieram as maiores contribuições à sistematização do pensamento geográfico. Isto não quer dizer que inexistem geógrafos importantes em outros países. Basta pensar no citado Elisée Reclus, da França. Entretanto, o eixo da discussão geográfica continua na Alemanha, durante todo o século XIX.

A geração que se segue à de Humboldt e Ritter vai se destacar pelo avanço empreendido na sistematização de estudos especializados, do que da Geografia Geral. É o caso de W. Penk, com a Geomorfologia (estudo do relevo), e de Hann e Koppen, com a Climatologia. Pode-se aventar que o desenvolvimento destes estudos era um pré-requisito para avançar, além das formulações de Humboldt e Ritter, a sistematização da geografia. Dois autores alemães merecem destaque neste sentido: O. Peschel e F. Von Richthofen. O primeiro realizou uma revisão crítica da obra de Ritter, contestando-a. Para Peschel, a Geografia era um estudo das formas existentes nas paisagens terrestres, o qual, entre elas, deveria buscar as semelhanças, através da comparação. Richthofen realizou inúmeros trabalhos de campo, aprimorando as técnicas de descrição. Também, avançou no que tange à elucidação e precisão dos conceitos empregados. Propunha uma das definições mais empíricas do objeto geográfico, vendo-o como “a superfície terrestre”. Estes autores ajudam a manter aberta uma via de discussão teórica do pensamento geográfico, na Alemanha; nos outros países da Europa, a Geografia seguia constituída de levantamentos empíricos e enumerações exaustivas sobre os diferentes lugares da Terra.



Capítulo 5

Ratzel e a Antropogeografia

Um revigoramento do processo de sistematização da Geografia vai ocorrer com as formulações de Friedrich Ratzel. Este autor, também alemão e prussiano, publica suas obras no último quartel do século XIX. Enquanto Humboldt e Ritter vivenciaram o aparecimento do ideal de unificação alemã, Ratzel vivencia a constituição real do Estado nacional alemão e suas primeiras décadas. Suas formulações só são compreensíveis em função da época e da sociedade que as engendram. A Geografia de Ratzel foi um instrumento poderoso de legitimação dos desígnios expansionistas do Estado alemão recém-constituído. L. Febvre chegou a denominá-la de “manual de imperialismo”. Assim, cabe analisar, mesmo que em linhas gerais, o processo de unificação da Alemanha.

Observou-se, algumas páginas atrás, que as relações capitalistas penetraram tardiamente neste país, e numa conciliação com a estrutura herdada do feudalismo. Observou-se também que a Confederação Germânica foi o primeiro passo no sentido da unificação. Mesmo assim, em meados do século passado, o poder ainda se encontrava disperso pelas várias unidades confederadas. Era fruto de dominações locais, sem a existência de um governo central. A Prússia e a Áustria disputavam a hegemonia dentro da Confederação. O segundo passo, no sentido da unificação, foi forjado na repressão aos levantes populares de 1848. Nesse ano, a vaga revolucionária, que assola a Europa, manifesta-se também em várias cidades da Confederação Germânica: Viena, Berlim, Frankfurt, entre outras. A reação das classes dominantes locais, a estes movimentos, aproxima-as, pois se estabelecem alianças e ações unificadas, e mesmo centralizadas num comando comum. Assim, na contra-revolução, forma-se um bloco reacionário unitário, estreitam-se os laços políticos e militares. Além disto, a proposta da unificação constava do ideário dos revolucionários, o que, por reflexo, reforçou-a ao nível das próprias classes dominantes locais, que perceberam o respaldo das massas à unificação. Enfim, este foi o caminho direto da constituição do Estado alemão. A consciência desse fato, e a possibilidade próxima da unificação, acirraram a disputa, entre a Áustria e a Prússia pelo comando e domínio do processo, que culminou com a guerra entre dois reinos. A vitória do segundo determinou que a unidade fosse estabelecida através da prussianização da Alemanha. Isto é, o Estado prussiano imprimiria suas características na nova nação.

A principal característica da Prússia era a organização militarizada da sociedade e do Estado. A direção deste estava nas mãos da aristocracia junker, os proprietários de terras, os mais claros representantes da velha ordem feudal. Sob essa liderança, erguia-se uma monarquia extremamente burocratizada, que estendeu a ação do Estado a todos os domínios da sociedade civil. Uma grande repressão social interna, e uma agressiva política exterior completam o quadro da Prússia em 1871, ano de constituição do império alemão. Estas características do prussianismo foram passadas para o conjunto da Alemanha, através de uma política cultural nacionalista, estimulada pelo Estado, que colocava os próprios elementos da situação de atraso social como peculiaridades do “espírito” ou da “alma” alemã. Tal ideologia chauvinista assentava-se numa política exterior agressiva e expansionista. São inúmeras as guerras de conquista empreendidas por Bismarck, o primeiro-ministro da Prússia e do Império Alemão. Essa unificação reacionária, essa organização militarizada, esse expansionismo latente do Estado alemão, podem ser explicados pela situação concreta da Alemanha, no contexto europeu; como bem definiu Poulantzas, ela era “um elo débil da cadeia imperialista”. Isto é, este país emergia como mais uma unidade do centro do mundo capitalista, industrializada, porém sem colônias. A unificação tardia da Alemanha, que não impediu um relativo desenvolvimento interno, deixou-a de fora da partilha dos territórios coloniais. Isto alimentava um expansionismo latente, que aumentaria com o próprio desenvolvimento interno. Daí, o agressivo projeto imperial, o propósito constante de anexar novos territórios. E, por esta razão, mais uma vez, o estímulo para pensar o espaço, logo, para fazer Geografia.

Ratzel vai ser um representante típico do intelectual engajado no projeto estatal; sua obra propõe uma legitimação do expansionismo bismarckiano. Assim, a Geografia de Ratzel expressa diretamente um elogio do imperialismo, como ao dizer, por exemplo: “Semelhante à luta pela vida, cuja finalidade básica é obter espaço, as lutas dos povos são quase sempre pelo mesmo objetivo. Na história moderna a recompensa da vitória foi sempre um proveito territorial”.

O principal livro de Ratzel, publicado em 1882, denomina-se *Antropogeografia – fundamentos da aplicação da Geografia à História*; pode-se dizer que esta obra funda a Geografia Humana. Nela, Ratzel definiu o objeto geográfico como o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade. Estas influências atuariam, primeiro na fisiologia (somatismo) e na psicologia (caráter) dos indivíduos e, através destes, na sociedade. Em segundo lugar, a natureza influenciaria a própria constituição social, pela riqueza que propicia, através dos recursos do meio em que está localizada a sociedade. A natureza também atuaria na possibilidade de expansão de um povo, obstaculizando-a ou acelerando-a. E ainda nas possibilidades de contato com outros povos, gerando assim o isolamento e a mestiçagem. Ratzel realizou extensa revisão bibliográfica, sobre o tema das influências da natureza sobre o homem, e concluiu criticando as duas posições mais correntes: a que nega tal influência, e a que visa estabelecê-la de imediato. Diz ele que estas influências vão se exercer mediatizadas, através das condições econômicas e sociais. Para ele, a sociedade é um organismo que mantém relações duráveis com o solo, manifestas, por exemplo, nas necessidades de moradia e alimentação. O homem precisaria utilizar os recursos da natureza, para conquistar sua liberdade, que, em suas palavras, “é um dom conquistado a duras penas”. O progresso significaria um maior uso dos recursos do meio, logo, uma relação mais íntima com a natureza. Quanto maior o vínculo com o solo, tanto maior seria para a sociedade a necessidade de manter sua posse. É por esta razão que a sociedade cria o Estado, nas palavras de Ratzel: “Quando a sociedade se organiza para defender o território, transforma-se em Estado”. A análise das relações entre o Estado e o espaço foi um pontos privilegiados da Antropogeografia. Para Ratzel, o território representa as condições de trabalho e existência de uma sociedade. A perda de território seria a maior prova de decadência de uma sociedade. Por outro lado, o progresso implicaria a necessidade de aumentar o território, logo, de conquistar novas áreas. Justificando estas colocações, Ratzel elabora o conceito de “espaço vital”; este representaria uma proporção de equilíbrio, entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo assim suas potencialidades de progredir e suas premissas territoriais. É fácil observar a íntima vinculação entre estas formulações de Ratzel, sua época e o projeto imperial alemão. Esta ligação se expressa na justificativa do expansionismo como algo natural e inevitável, numa sociedade que progride, gerando uma teoria que legitima o imperialismo bismarckiano. Também sua visão do Estado como um protetor acima da sociedade, vem no sentido de legitimar o Estado prussiano, onipresente e militarizado.

A geografia proposta por Ratzel privilegiou o elemento humano e abriu várias frentes de estudo, valorizando questões referentes à História e ao espaço, como: a formação dos territórios, a difusão dos homens no Globo (migrações, colonizações, etc), a distribuição dos povos e das raças na superfície terrestre, o isolamento e suas conseqüências, além de estudos monográficos das áreas habitadas. Tudo tendo em vista o objetivo central que seria o estudo das influências, que as condições naturais exercem sobre a evolução das sociedades. Em termos de método, a obra de Ratzel não realizou grandes avanços. Manteve a idéia da Geografia como ciência empírica, cujos procedimentos de análise seriam a observação e a descrição. Porém, proponha ir além da descrição, buscar a síntese das influências na escala planetária, ou, em suas palavras, “ver o lugar como objeto em si, e como elemento de uma cadeia”. De resto, Ratzel manteve a visão naturalista: reduziu o homem a um animal, ao não diferenciar as suas qualidades específicas; assim, proponha o método geográfico como análogo ao das demais ciências da natureza; e concebia a causalidade dos

fenômenos humanos como idêntica a dos naturais. Daí, o mecanicismo de suas afirmações. Ratzel, ao propor uma Geografia do Homem, estendeu-a como uma ciência natural.

Os discípulos de Ratzel radicalizaram suas colocações, constituindo o que se denomina “escola determinista” de Geografia, ou doutrina “escola determinista” de Geografia, ou doutrina do “determinismo geográfico”. Os autores dessa corrente partiram da definição ratzeliana do objeto da reflexão geográfica, e simplificaram-na. Orientaram seus estudos por máximas, como “as condições naturais determinam a História, ou “o homem é um produto do meio” – empobrecendo bastante as formulações de Ratzel, que falava de influências. Na verdade, todo o trabalho destes autores se constituía da busca de evidências empíricas, para teorias formuladas a priori. Seus mais eminentes representantes foram: E. Semple e E. Huntington. A primeira geógrafa americana, americana, aluna de Ratzel, foi a responsável pela divulgação das teses deste nos EUA. Um exemplo das formulações de Ellem Semple, pode ser obtido na sua teoria, que relaciona a religião com o relevo: nas regiões acidentadas, predominariam religiões politeístas. As teorias do geógrafo inglês Elsworth Huntington eram um pouco mais elaboradas. Este autor concebia um determinismo invertido, isto é, para ele, as condições naturais mais hostis seriam as que propiciariam o maior desenvolvimento. O livro mais importante de Huntington denomina-se Clima e sociedade; nele o autor defende a idéia de que os rigores do inverno explicariam, pelas necessidades impostas (abrigo, estocagem de comida), o desenvolvimento das sociedades européias. As teses deterministas, apesar do seu simplismo, foram bastante divulgadas, e aparecem com freqüência no ideário do pensamento conservador. Basta pensar nas interpretações da história brasileira, que lançam mão de teorias como a “indolência do homem tropical”, ou o “subdesenvolvimento, como fruto da tropicalidade” (e a inevitável comparação com o desenvolvimento dos E.U.A., também colônia, mas em clima temperado). Enfim, o determinismo incorre na mais completa naturalização da História humana.

Outro desdobramento da proposta de Ratzel manifestou-se na constituição da Geopolítica. Esta corrente, dedicada ao estudo da dominação dos territórios, partiu das colocações ratzelianas, referentes à ação do Estado sobre o espaço. Estes autores desenvolveram teorias e técnicas, que operacionalizavam e legitimavam o imperialismo. Isto é, discorriam sobre as formas de defender, manter e conquistar os territórios. Os autores mais conhecidos dessa corrente foram: Kjellen, Mackinder e Haushofen. O primeiro, um sueco, foi o criador do rótulo Geopolítica. O segundo, um almirante inglês, trouxe a discussão para o nível dos estados-maiores, tratando temas como o domínio das rotas marítimas, as áreas de influência de um país, e as relações internacionais. Halford Mackinder, cuja principal obra intitula-se O pivô geográfico da História, desenvolveu uma curiosa teoria sobre as “áreas pivôs”, que seriam o coração de um dado território; para ele, quem o dominasse, dominaria todo o território. O general alemão Karl Haushofer, amigo de Hitler e presidente da Academia Germânica no seu governo, foi outro teórico da Geopolítica. Deu a esta um caráter diretamente bélico, definindo-a como parte da estratégia militar. Este autor, que desenvolveu teorias referentes à ação do clima sobre os soldados, criou uma escola e influenciou diretamente os planos de expansão nazistas. Até hoje a Geopolítica persiste, sendo debatida nos Departamentos de Estado e nas Academias militares.

Uma última perspectiva, que saiu das formulações de Ratzel, foi a chamada escola “ambientalista”. Esta, mais recente, não pode ser considerada uma filiação direta da Antropogeografia. Entretanto, sem dúvida, foi Ratzel o primeiro formulador de suas bases. Esta corrente propõe o estudo do homem em relação aos elementos do meio em que ele se insere. O conjunto dos elementos naturais é abordado como o ambiente vivenciado pelo homem. O ambientalismo representa um determinismo atenuado, sem visão fatalista e absoluta. A natureza não é vista mais como determinação, mas como suporte da vida humana. Mantém-se a concepção naturalista, porém sem a causalidade mecanicista. O ambientalismo se desenvolveu bastante modernamente, apoiado na Ecologia. A idéia de estudar as inter-relações dos organismos, que coabitam determinado meio, já estava presente em Ratzel, pela influência que ele sofreu de

Haeckel, o primeiro formulador da Ecologia, de quem havia sido aluno. Entretanto, é mais o determinismo que ao ambientalismo, que o nome de Ratzel acabou identificado.

Pelos desdobramentos expostos, pode-se avaliar o peso da obra de Ratzel na evolução do pensamento geográfico. A própria Geografia francesa, que será vista a seguir, é uma resposta às formulações desse autor. A importância maior de sua proposta reside no fato de haver trazido, para o debate geográfico, os temas políticos e econômicos, colocando o homem no centro das análises. Mesmo que numa visão naturalizante, e para legitimar interesses contrários ao humanismo.



Capítulo 6

Vidal de La Blache e a Geografia Humana

A outra grande escola da Geografia, que se opõe às colocações de Ratzel, vai ser eminentemente francesa, e tem seu principal formulador em Paul Vidal de La Blache. Para compreender o processo de eclosão do pensamento geográfico na França, e o tipo de reflexão que este engendrou, é necessário enfocar os traços gerais do desenvolvimento histórico francês no século XIX, e, em detalhe, a conjuntura da Terceira República e o conflito de interesses com a Alemanha.

A França foi o país que realizou, de forma mais pura, uma revolução burguesa. Ali os resquícios feudais foram totalmente varridos, a burguesia instalou seu governo, dando ao Estado a feição que mais atendia a seus interesses. A França havia conhecido uma unificação precoce, que já datava de alguns séculos; a centralização do poder restava garantida pela prática da monarquia absoluta. Isto havia propiciado a formação de uma burguesia sólida, com aspirações consolidadas, e com uma ação nacional. Esta classe formulou e comandou uma transformação radical da ordem existente, implantando o domínio total das relações capitalistas. Napoleão Bonaparte completou este processo de desenvolvimento do capitalismo na França, o qual teve seu ponto de ruptura na Revolução Francesa, que varreu do quadro agrário deste país todos os elementos herdados do feudalismo. Neste movimento, a burguesia agiu como classe revolucionária, levantando-se contra a estrutura social existente e formulando um projeto hegemônico, que aglutinava os interesses do conjunto da sociedade. A revolução francesa foi um movimento popular, comandado pela burguesia, dirigido pelos ideólogos dessa classe. Nesse processo, o pensamento burguês gerou propostas progressistas, instituindo uma tradição liberal no país (esta via expressar-se algumas em posturas defendidas pela Geografia francesa).

O caráter revolucionário da via de desenvolvimento do capitalismo, na França, ampliou a representação e o espaço da ação política. Trouxe, para a arena política, as camadas populares da sociedade, com a consolidação do domínio burguês, tal característica de massas da política vai produzir um acirramento da luta de classes, neste país, a qual atingirá formas agudas desconhecidas até então. Por esta razão, a França foi o berço do socialismo militante, e o lugar onde o caráter classista da democracia burguesa primeiro se revelou. As jornadas de 1848 e da Comuna de Paris, e suas sangrentas repressões, atestaram o cair da máscara da dominação burguesa, refletindo o fim da fase heróica desta classe, que agora era dominante e lutava para manter o poder do aparelho de Estado. Os ideais e as propostas liberais e progressistas, forjadas na fase revolucionária, caem por terra, frente aos imperativos autoritários demandados pela manutenção do status quo. Porém, são mantidos no discurso, como veículos ideológicos. Forjou-se uma ideologia da defesa das liberdades formais, porém subjugada a ordem. Tentou-se apresentar a instabilidade política e os golpes de Estado, sob uma auréola de legalidade. A ciência cumpriu um papel importante, nesse movimento ideológico. Foi posta como distante dos interesses sociais, envolvida num manto de neutralidade. E, através dessa pretensa objetividade, legitimou autoritárias doutrinas da ordem. Assim, a França foi o país que demonstrou, de modo mais claro, as etapas de avanço, domínio e consolidação da sociedade burguesa. Entretanto, como foi visto, a via de realização desse processo deixou uma herança bastante distinta da encontrada na Alemanha, notadamente no aspecto ideológico. E a Geografia foi uma das manifestações dessas diferenças.

Na segunda metade do século XIX, a França e a Alemanha, no caso ainda a Prússia, disputam a hegemonia, no controle continental da Europa. Havia, entre estes dois países, um choque de interesses nacionais, uma disputa entre imperialismos. Tal situação culminou com a guerra franco-prussiana, em 1870, na qual a Prússia saiu vencedora. A França perde os territórios e Alsácia e Lorena, vitais para sua industrialização, pois neles se localizavam suas principais reservas de carvão. No contexto da guerra, caiu o Segundo Império de Luís Bonaparte, ocorreu o levante da

Comuna de Paris, e, sob as suas ruínas, ergueu-se, com o beneplácito prussiano, a Terceira República francesa. Foi nesse período que a Geografia se desenvolveu. E se desenvolveu com o apoio deliberado do Estado francês. Esta disciplina foi colocada em todas as séries do ensino básico, na reforma efetuada pela Terceira República. Foram criadas, nessa época, as cátedras e os institutos de Geografia. Todos estes fatos demonstram o intuito do Estado no sentido de desenvolver esses estudos. Tal interesse advém de conseqüências da própria guerra. Uma frase de Thiers, primeiro-ministro da França, bem o demonstra; diz ele: “a guerra foi ganha pelos instrutores alemães”. A guerra havia colocado para a classe dominante francesa, a necessidade de pensar o espaço, de fazer uma Geografia que deslegitimasse a reflexão geográfica alemã e, ao mesmo tempo, fornecesse fundamentos para o expansionismo francês.

Como foi visto, a Geografia de Ratzel legitimava a ação imperialista do Estado Bismarckiano. Era mister, para a França, combatê-la. O pensamento geográfico francês nasceu com esta tarefa. Por isso, foi, antes de tudo, um diálogo com Ratzel. O principal artífice desta empresa foi Vidal de La Blache. Este autor, que publicou suas obras nas últimas décadas do século passado e nas primeiras do atual, fundou a escola francesa de Geografia e, mais, deslocou para este país o eixo da discussão geográfica, até então sediado na Alemanha. Do mesmo modo que as colocações de Ratzel embasavam-se na situação concreta de sua época e de sua sociedade, a Geografia de Vidal de La Blache só será compreensível em relação à conjuntura da Terceira República, ao antagonismo com a Alemanha, e à particularidade do desenvolvimento histórico da França. Ambos veicularam, através do discurso científico, o interesse das classes dominantes de seus respectivos países. Por terem sido diferenciadas as vias de desenvolvimento capitalista, na Alemanha e na França (logo, as próprias classes dominantes), foram diferentes as formas e os conteúdos desses discursos. A proposta de Ratzel exprimia o autoritarismo, que permeava a sociedade alemã; o agente social privilegiado, em sua análise, era o Estado, tal como na realidade que este autor vivenciava. A proposta de Vidal manifestava um tom mais liberal, consoante com a evolução francesa, e sua análise partiu do homem abstrato do liberalismo. Esta diferença de tonalidade das propostas foi o patamar, a partir do qual foram tecidas as críticas de Vidal à Antropogeografia de Ratzel. E que lhe permitiu cumprir a função ideológica, que estava destinada a esta disciplina pelas classes dominantes francesas.

Uma primeira crítica de princípio, efetuada por Vidal às formulações de Ratzel, dizia respeito à politização explícita do discurso deste. Isto é, incidia no fato de as teses ratzelianas tratarem abertamente de questões políticas. Vidal, vestindo uma capa de objetividade, condenou a vinculação entre o pensamento geográfico e a defesa de interesses políticos imediatos, brandindo o clássico argumento liberal da “necessária neutralidade do discurso científico”. Com esta postura, atacou diretamente o caráter apologético do expansionismo alemão, contido nas formulações de Ratzel. Isto não quer dizer, como será visto a seguir, que a Geografia vidalina não veiculasse uma legitimação ideológica dos interesses franceses. Apenas, esta vinculação era mais dissimulada, os temas políticos não eram tratados diretamente, a legitimação do imperialismo francês era mais mediatizada e sutil. Na verdade, Vidal imprimiu, no pensamento geográfico, o mito da ciência asséptica, propondo uma despolitização aparente do temário dessa disciplina. Este posicionamento, de acobertar o conteúdo político da ciência, originou-se do recuo do pensamento burguês (após a sedimentação dessa classe no poder) temeroso do potencial revolucionário do avanço das ciências do homem. Vidal reproduz esta dessocialização do saber, que na verdade é uma forma de descomprometê-lo com a prática social e de dissimular seu conteúdo ideológico. Efim, este foi um primeiro front, no debate com a Geografia alemã. Temas como o do espaço vital foram duramente criticados, a partir desta ótica, e, através deles, o próprio expansionismo germânico. Entretanto, a Geografia francesa que esconjurou a Geopolítica vai criar uma especialização denominada Geografia Colonial.

Outra crítica de princípio às formulações de Ratzel incidiu no seu caráter naturalista. Isto é, Vidal criticou a minimização do elemento humano, que aparecia como passivo nas teorias de Ratzel. Nesse sentido, defendeu o componente criativo (a liberdade) contido na ação humana que não seria apenas uma resposta às imposições do meio. Assim, valorizou a História, valendo-se de sua formação acadêmica de historiador. Aqui, residiu sem dúvida a contribuição mais importante de Vidal de La Blache para o desenvolvimento do pensamento geográfico. Entretanto, apesar de aumentar a carga humana do estudo geográfico, este autor não rompeu totalmente com uma visão naturalista, pois diz explicitamente: “a Geografia é uma ciência dos lugares, não dos homens”. Desta forma, o que interessaria à análise seria o resultado da ação humana na paisagem, e não esta em si mesma. De qualquer modo, este foi um segundo ponto de crítica ao pensamento de Ratzel.

Uma terceira crítica de Vidal à Antropogeografia, derivada da anterior, atacou a concepção fatalista e mecanicista da relação entre os homens e a natureza. Assim, atingiu diretamente a idéia da determinação da História pelas condições naturais. Vidal vai propor uma postura relativista, no trato dessa questão, dizendo que tudo o que se refere ao homem “é mediado pela contingência”. Este posicionamento, aceito por seus seguidores, fez com que a Geografia francesa abandonasse qualquer intento de generalizar. Jogou-se a criança com a água do banho, isto é, na crítica ao determinismo naturalista de Ratzel, a proposta de Vidal negou a própria determinação.

A partir destes três pontos, Vidal de La Blache construiu sua proposta de Geografia sempre como um diálogo crítico com sua congênere alemã. Em torno de suas formulações, articulou-se o que seria a escola francesa de Geografia. Antes de penetrar nas teorias vidalinas, cabe ressaltar que o fato de colocar a eclosão do pensamento geográfico na França em redor da década de 1870 e de centralizá-lo na figura de Vidal de La Blache, não implica a afirmação de que, antes dessa data e na reflexão de outros autores, tal pensamento não existisse. Apenas observamos que, nesse período e com este autor, surgiu uma Geografia com nova visão, que buscava ir além das enumerações exaustivas e dos relatos de viagem. Em termos de outros autores, um relevo deve ser dado à figura de Elisée Reclus, menos por suas formulações do que por seu engajamento político, ímpar entre os geógrafos. Reclus foi um militante anarquista, que pertenceu à Primeira Internacional e participou da Comuna de Paris. Entretanto, suas obras, Geografia Universal, publicada em dezenove volumes, e A Terra e o homem, em quatro volumes, foram pouco revolucionárias em termos de método e de propostas. Além do mais, Reclus viveu grande parte de sua vida exilado, tendo assim pouca influência na evolução da Geografia francesa. Outros autores, contemporâneos de Vidal, como E. Levasseur, também deveriam ser lembrados. Porém, indubitavelmente, é a partir da produção de La Blache que se articulou a Geografia francesa.

Vidal de La Blache definiu o objeto da Geografia como a relação homem-natureza, na perspectiva de paisagem. Colocou o homem como um ser ativo, que sofre a influência do meio, porém que atua sobre este, transformando-o. Observou que as necessidades humanas são condicionadas pela natureza, e que o homem busca as soluções para satisfazê-las nos materiais e nas condições oferecidos pelo meio. Neste processo, de trocas mútuas com a natureza, o homem transforma a matéria natural, cria formas sobre a superfície terrestre: para Vidal, é aí que começa a “obra geográfica do homem”. Assim, na perspectiva vidalina, a natureza passou a ser vista como possibilidades para a ação humana; daí o nome de Possibilismo dado a esta corrente por Lucien Febvre. A teoria de Vidal concebia o homem como hóspede antigo de vários pontos da superfície terrestre, que em cada lugar se adaptou ao meio que o envolvia, criando, no relacionamento constante e cumulativo com a natureza, um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes, que lhe permitiram utilizar os recursos naturais disponíveis. A este conjunto de técnicas e costumes, construído e passado socialmente, Vidal denominou “gênero de vida”, o qual exprimiria uma relação entre a população e os recursos, uma situação de equilíbrio, construída historicamente pelas sociedades. A diversidade dos meios explicaria a diversidade dos gêneros de vida.

Vidal argumenta que, uma vez estabelecido, o gênero de vida tenderia à reprodução simples, isto é, a reproduzir-se sempre da mesma forma (por exemplo, uma sociedade com escassos recursos disponíveis, criaria normas sociais – tabus alimentares, infanticídio, etc. – para manter seu equilíbrio). Entretanto, alguns fatores poderiam agir, impondo uma mudança no gênero de vida. Relaciona em primeiro lugar a possibilidade de exaurimento dos recursos existentes; isto impulsionaria aquela sociedade a migrar, ou a buscar um aprimoramento tecnológico, quando a possibilidade de migração estivesse restrita por barreiras naturais. Para Vidal, quando uma sociedade migrava para um meio mais rico, possuindo um gênero de vida forjado em condições naturais mas adversas, adquiria a possibilidade de gerar um excedente, pela maior produtividade com o uso das mesmas técnicas no meio mais rico. Outro fator de mudança dos gêneros de vida seria o crescimento populacional; este poderia impulsionar a sociedade à busca de novas técnicas, ou levá-la a dividir a comunidade existente e a criar um novo núcleo, gerando assim um processo de colonização. Finalmente, o contato com outros gêneros de vida, foi destacado por Vidal como um fator de mudança. Para ele, na verdade, este seria o elemento fundamental do progresso humano. Em sua visão, os contatos gerariam arranjos mais ricos, pela incorporação de novos hábitos e novas técnicas. Os pontos de convergência (as cidades, por exemplo) das comunidades seriam verdadeiras “oficinas de civilização”. Assim, os gêneros de vida se difundiriam pelo Globo, num processo de enriquecimento mútuo, que levaria inexoravelmente ao fim dos localismos. A área abrangida por um gênero de vida comum, englobando várias comunidades, Vidal de La Blache denominou “domínios de vicilização”. À Geografia caberia estudar os generosa de vida, os motivos de sua manutenção ou transformação, e sua difusão, com a formação dos domínios de civilização. Tudo isto tendo em vista as obras humanas sobre o espaço, isto é, as formas visíveis, criadas pelas sociedades, na sua relação histórica e cumulativa com os diferentes meios naturais.

Já nessa breve exposição da concepção do objeto geográfico, para Vidal de La Blache, é possível observar o sutil argumento que, num mesmo discurso, critica o expansionismo germânico, ao mesmo tempo em que resguarda uma legitimação da ação colonial francesa. As fronteiras européias definiriam domínios de civilização, solidamente firmados por séculos de história. Assim, qualquer tentativa de não respeitá-las significaria uma agressão, na medida em que estes limites seriam fruto de um longo processo de civilização. Note-se que a ação imperial francesa não se concentrava na Europa; era principalmente um expansionismo colonial, que tinha por espaço a Ásia e a África. Aqui se criticava a expansão alemã. Por outro lado, estes dois últimos continentes abrigariam sociedades estagnadas, imersas no localismo, “comunidades vegetando lado a lado”, sem perspectivas de desenvolvimento. Aqui, o contato seria necessário, para romper este equilíbrio primitivo. Ao definir o progresso como fruto de relações entre sociedades com gêneros de vida diferentes, num processo enriquecedor, Vidal de La Blache abriu a possibilidade de falar da “missão civilizadora do europeu na África”. E, assim, legitimar a ação colonialista francesa. Dessa forma, uma legitimação indireta, onde o tema da expansão e do domínio territorial (assim como os demais assuntos diretamente políticos) não são sequer mencionados.

Em termos de método, a proposta de Vidal de La Blache não rompeu com as formulações de Ratzel, foi antes um prosseguimento destas. As únicas diferenças residiram naqueles pontos de princípio já discutidos. Vidal era mais relativista, negando a idéia de causalidade e determinação de Ratzel; assim seu enfoque era menos generalizador. De resto, o fundamento positivista aproxima as concepções dos dois autores, e, vinculado a este, a aceitação de uma metodologia de pesquisa oriunda das ciências naturais. Vidal, mais do que Ratzel, hostilizou o pensamento abstrato e o raciocínio especulativo, propondo o método empírico-indutivo, pelos quais só se formulam juízos a partir dos dados da observação direta, considera-se a realidade como o mundo dos sentidos, limita-se a explicação aos elementos e processos visíveis. La Blache propôs o seguinte encaminhamento para a análise geográfica: observação de campo, indução a partir da paisagem, particularização da área enfocada (em seus traços históricos naturais), comparação das áreas estudadas e do material

levantado, e classificação das áreas e dos gêneros de vida, em “séries de tipos genéricos”. Assim, o estudo geográfico, na concepção vidalina, culminaria com uma tipologia.

Vidal de La Blache acentuou o propósito humano da Geografia, vinculando todos os estudos geográficos à Geografia Humana. Entretanto, esta foi concebida como um estudo da paisagem; daí o homem interessar por suas obras e enquanto contingente numérico presente numa porção da superfície da Terra. A Geografia vidalina fala da população, de agrupamento, e nunca de sociedade; fala de estabelecimentos humanos, não de relações sociais; fala das técnicas e dos instrumentos de trabalho, porém não de processo de produção. Enfim, discute a relação homem-natureza, não abordando as relações entre os homens. É por esta razão que a carga naturalista é mantida, apesar do apelo à História, contido em sua proposta.



Capítulo 7

Os desdobramentos da proposta lablachiana

Vidal fundou a corrente que se tornou majoritária no pensamento geográfico. Pode-se dizer que, após suas formulações, o núcleo central dessa disciplina estava constituído. Sua influência nos geógrafos posteriores foi múltipla, seus discípulos diretos foram numerosos. La Blache criou uma doutrina, o Possibilismo, e fundou a escola francesa de Geografia. E, mais, trouxe para a França o eixo da discussão geográfica, situação que se manteve durante todo o primeiro quartel do século atual.

Vidal de La Blache formou uma plêiade de ilustres discípulos diretos, articulando, em redor de si e da revista por ele criada, os *Annales de Géographie*, quase todas as cátedras e institutos de Geografia da França. Assim, catalisou uma ampla rede de pesquisas, orientadas por suas formulações. Estes seus seguidores desenvolveram a proposta lablachiana, em toda sua potencialidade. Todos incorporando-a em formulações próprias, porém mantendo o fundamental de suas colocações. Na verdade, a Geografia francesa foi um contínuo desdobramento destas. Alguns discípulos tentaram completar a proposta de La Blache, assumindo-a integralmente; é o caso de E. Demartonne, que escreveu uma Geografia Física orientada pelas colocações vidalinas. Outros, tomaram seus fundamentos e desenvolveram propostas próprias de definição do objeto. Foi o caso de J. Brunhes, que escreveu uma volumosa *Geografia Humana*, onde propõe uma “classificação positiva dos fatos geográficos”, dividindo-os em três grandes grupos: “fatos da ocupação improdutiva do solo”, “fatos da conquista vegetal e animal”, e “fatos da ocupação destrutiva”. Outros, ainda, enfocaram um ponto específico da proposta vidalina, desenvolvendo um estudo específico. Foi o caso de A. Demangeon, que relevou a problemática econômica, enfatizando as instalações humanas, em relação às atividades produtivas e elaborou o conceito de “meio geográfico”, diferenciando-o do “meio físico”. Houve ainda autores, que aceitaram os fundamentos possibilistas, formulando, porém, suas propostas em polêmica com algumas colocações de La Blache. Foi o caso de C. Vallaux; este autor entendia que a Geografia Humana deveria estudar o “quarto estado da matéria”, aquele criado pelo trabalho humano, e assim discutir “a transformação aparente das coisas da superfície realizada pelo homem”; suas maiores diferenças com Vidal se deram no plano metodológico. Poder-se-ia falar de outros discípulos de La Blache, como H. Baulig, R. Blanchard ou J. Sion, entre outros; cada um enfatizou um tema específico, como a Geografia Histórica, o comércio e as relações internacionais. Entretanto, não cabe aqui fazer uma exposição exaustiva.

Vidal de La Blache planejou uma obra coletiva, a *Geografia Universal*, que foi executada por seus discípulos, aproximando-os. Cada um escreveu sobre uma determinada porção do planeta. Neste trabalho, explicitaram um conceito vislumbrado por La Blache, que seria tomado como o balizamento central da Geografia francesa posterior – a “região”. Esta era a denominação dada a uma unidade de análise geográfica, que exprimiria o espaço terrestre. Assim, a região não seria apenas um instrumento teórico de pesquisa, mas também um dado da própria realidade. As regiões existiriam de fato, e caberia ao geógrafo delimitá-las, descrevê-las e explicá-las. A região seria uma escala de análise, uma unidade espacial, dotada de uma individualidade, em relação a suas áreas limítrofes. Assim, pela observação, seria possível estabelecer a dimensão territorial de uma região, localizá-la e traçar seus limites. Estes seriam dados pela ocorrência de traços diferenciadores, aqueles que lhe conferem um caráter individual, singular. Dessa forma, a Geografia seria prioritariamente um trabalho de identificação das relações do Globo.

A noção de região originou-se na Geologia. Foi trazida para a Geografia por L. Gallois, que escreveu uma importante obra *Regiões naturais e nomes de lugares*. Gallois ainda compreendia a região em seu sentido geológico, isto é, como uma parcela da superfície terrestre dotada de uma unidade natural, com a sua individualidade estabelecida através de elementos da natureza. Com

Vidal, e de forma progressiva a partir dele, o conceito de região foi humanizado; cada vez mais, buscava-se sua individualidade nos dados humanos, logo, na história. Apesar de muitos autores terem associado, os processos históricos de povoamento e organização de uma região, às condições naturais aí existentes. Poder-se-ia inclusive dizer que a busca de tal vínculo foi um dos móveis principais dos estudos efetuados. Porém, a região foi sendo compreendida como um produto histórico, que expressaria a relação dos homens com a natureza. Este processo de historicização do conceito de região expressou o próprio fortalecimento da Geografia Humana, tal como proposta por La Blache.

A idéia de região propiciou o que viria a ser majoritária e mais usual perspectiva de análise do pensamento geográfico: a Geografia Regional. Esta, sem dúvida a mais costumeira forma de estudo empreendida pelos geógrafos, propõe a realização de monografias, análises circunscritas à área enfocada, que buscam chegar a um conhecimento cada vez mais profundo dela, pela descrição e observação dos fenômenos e elementos presentes, no limite tendendo à exaustão. Assim, os estudos da Geografia Regional esquadrihavam o Globo, gerando um considerável acervo de análises locais. No geral, tais estudos obedeciam a um modelo de exposição, que propunha os seguintes itens: Introdução, localizando a área estudada, com projeções cartográficas nacional e continental e um enquadramento zonal e pelas coordenadas; 1º capítulo: “as bases físicas” ou o “quadro físico”, enumerando as características de cada um dos elementos naturais presentes (relevo, clima, vegetação etc.); 2º capítulo: o “povoamento” ou as “fases da ocupação”, discutindo a formação histórica (primeiras explorações, atrativos econômicos no passado, fundação das cidades etc); 3º capítulo: a “estrutura agrária” ou o “quadro agrário”, descrevendo a população rural, a estrutura fundiária, o tipo de produção, as relações de trabalho, a tecnologia empregada no cultivo e na criação etc.; 4º capítulo: a “estrutura urbana” ou o “quadro urbano”, analisando a rede de cidades, a população urbana, os equipamentos e as funções urbanas, a hierarquia das cidades daquela região etc.; 5º capítulo: a “estrutura industrial” (quando esta existisse na região analisada), estudando o pessoal ocupado, a tecnologia empregada, a destinação da produção, a origem das matérias-primas empregadas, o número e tamanho dos estabelecimentos etc. E finalmente a Conclusão, em geral constituída por um conjunto de cartas, cada uma referente a um capítulo, as quais sobrepostas dariam relações entre os elementos da vida regional. Este foi então o receituário dos estudos de Geografia Regional. Como visto, eminentemente descritivo, mantendo a tônica de todo o pensamento geográfico. Esta perspectiva se difundiu bastante, enfocando regiões de todos os quadrantes da Terra. Até hoje, estes estudos são regularmente realizados. Por isso, pode-se dizer que a Geografia Regional foi o principal desdobramento da proposta vidalina.

O acúmulo de estudos regionais propiciou o aparecimento de especializações, que tentavam fazer a síntese de certos elementos por eles levantados. Assim, o levantamento de regiões predominantemente agrárias ensejou o desenvolvimento de uma Geografia Agrária, tentando sintetizar as informações e as características sobre a estrutura fundiária, as técnicas de cultivo, as relações de trabalho etc. O estudo das redes de cidade, das hierarquias e das funções citadinas, levou à constituição de uma Geografia Urbana. E assim por diante, com uma Geografia das Indústrias, da População, ou do Comércio. Desta forma, as sínteses empreendidas por comparação das regiões foram especializadas. As generalizações, obedecendo às prescrições de Vidal, orientaram-se para tipologias: de indústrias, de cidades etc. Isto levou a uma setorização dos estudos e, no limite, a análises regionais especializadas.

Destas especializações dos estudos regionais, a que manteve a perspectiva mais globalizante foi, sem dúvida, a Geografia Econômica. Esta privilegiou, como objeto de sua análise, a vida econômica de uma região, discutindo os fluxos, o trabalho, a produção etc. Tal perspectiva articulava população, comércio, indústria, agricultura, transportes, enfim, variados elementos do quadro regional. A Geografia Econômica desenvolveu-se bastante, chegando a se constituir num domínio autônomo do pensamento geográfico, diferenciado e igualado em importância à Geografia

Humana. Esta, precocemente, buscou uma explicação que ultrapassasse o nível descritivo. Assim, fez uso do raciocínio dedutivo e de modelos. Aproximou-se da Economia, realizando pesquisas conjuntas (deste contato, nos E.U.A., criou-se até uma nova disciplina intitulada “Ciência Regional”). Desta forma, foi além da perspectiva de análise local, buscando um conhecimento mais generalizador. Na verdade, a Geografia Econômica foi um dos focos destacados de surgimento do movimento de renovação do pensamento geográfico, estando assim no limite da Geografia Tradicional. Entretanto, sua origem remonta, sem dúvida, à Geografia Regional de inspiração vidalina.

Vidal de La Blache deixou influências também no pensamento dos historiadores, notadamente daqueles de língua francesa, no que toca à concepção deste com respeito à Geografia, e sua relação com a História. Aí, desempenharam papel destacado as colocações de Lucien Febvre. Este autor escreveu uma obra, que se tornou clássica, *A Terra e a evolução humana*, na qual apresenta as idéias de La Blache, confrontadas com as de Ratzel, desenvolvendo-as e defendendo-as das críticas levantadas contra a Geografia Humana, por E. Durkheim. Foi Febvre que criou os termos Determinismo e Possibilismo, assumindo integralmente o conteúdo deste último. Assim, da proposta vidalina, desdobrou-se também uma Geografia Histórica, que se dedicou a temas como: a organização do espaço na Antiguidade, as vias comerciais da Europa na Baixa Idade Média, o gênero de vida numa aldeia galesa etc.

Vê-se que os desdobramentos da proposta vidalina foram múltiplos. Porém, ao nível da Geografia Francesa, o autor que realmente avançou suas formulações, gerando uma proposta mais elaborada foi Max Sorre. Este autor, que publicou suas principais obras na década de 1940, manteve os fundamentos da proposta vidalina, porém desenvolvendo-a bastante. Apresentou a idéia de que a Geografia deve estudar as formas pelas quais os homens organizam seu meio, entendendo o espaço como “a morada do homem”. O conceito central desenvolvido por Sorre foi o de habitat, uma porção do planeta vivenciada por uma comunidade que a organiza. O habitat é assim uma construção humana, uma humanização do meio, que expressa as múltiplas relações entre o homem e o ambiente que o envolve. O principal trabalho de Sorre, uma das grandes obras teóricas do pensamento geográfico, intitula-se *Os fundamentos da Geografia Humana*. O plano de exposição desse livro revela claramente o conteúdo da proposta de Sorre: o 1º volume – “Os fundamentos biológicos” – estuda o clima (sua relação com as funções orgânicas e os limites que impõe ao homem), a relação entre o meio e a alimentação e o meio e as doenças e conclui com a idéia de associação entre o homem e seu ambiente; o volume 2 – “As técnicas da vida social” – discute os agrupamentos humanos, as áreas de densidade elevada, as formas de energia utilizadas pelas diferentes sociedades, e a questão do domínio do espaço; o 3º volume – “As técnicas de produção e de transformação das matérias-primas” – estuda as formas da pecuária, coleta, agricultura, mineração e indústria, discutindo-as em relação às condições naturais e às necessidades humanas; o volume 4 – “O habitat” – relaciona a organização do habitat com o gênero de vida, analisa os tipos de habitat (rural e urbano), desde suas formas mais simples (o agrupamento nômade), até as mais complexas (como a metrópole industrial). Observa-se a envergadura da discussão empreendida.

A Geografia de Sorre pode ser entendida como um estudo da Ecologia do homem. Isto é, da relação dos agrupamentos com o meio em que estão inseridos, processo no qual o homem transforma este meio. Assim, as condições do meio geográfico, fruto da ação dos homens, não seriam as mesmas daquele meio natural original. A análise geográfica deveria abarcar este processo de humanização do meio, as condições reinantes e as relações, com elas, que os habitantes mantêm. Desta forma, é possível considerar o estudo de Sorre como uma Ecologia Humana. A proposta de método deste autor partia da Cartografia: a idéia de uma sobreposição de dados da observação, num mesmo espaço, analisando historicamente a formação de cada elemento, desde os naturais (solo, vegetação etc) até os sociais (hábitos alimentares, religião etc). Assim, se chegaria a compor, por sobreposição das informações, um quadro da situação atual, e aí se estudaria seu funcionamento,

inter-relacionando os elementos presentes. Assim, um estudo primeiro histórico e parcelado, depois ecológico e integrado. Desta forma, a idéia de espaço geográfico de Sorre é a de espaços sobrepostos (o físico, o econômico, o social, o cultural etc) em inter-relação.

A proposta de Sorre foi, sem dúvida, a reciclagem da Geografia Humana concebida por Vidal de La Blache. Representou uma retomada e um enriquecimento das suas teorias, mantendo-lhes a essência. Representou a segunda grande formulação da Geografia francesa, no sentido de um conhecimento geográfico global e unitário.

As propostas posteriores, que fecharam o ciclo da geografia Tradicional na França, foram as de M. Le Lannou e A. Cholley, publicadas já na década de cinquenta. Lê Lannou concebeu a Geografia como eminentemente regional, definindo-lhe o objeto como “o homem habitante”. Assim, entendeu a questão das formas de ocupação e exploração do solo, como a fundamental, e o estudo dos sistemas de trabalho e das instalações humanas, como importante. Este autor privilegiou a organização social, criticando o naturalismo (fala do “perigo” inerente a noção de meio); logo, reforçou o caráter humano do estudo geográfico. Porém, em última instância, vai concebê-lo como um “estudo dos agrupamentos e dos estabelecimentos humanos no planeta”. Para Cholley, a Geografia teria por objetivo as “combinações” existentes na superfície do planeta. Os “fatos geográficos” seriam, por essência, relações entre elementos, e caberia à análise entender o “equilíbrio” que os mesmos expressam. Cholley concebeu a Geografia como uma “ciência de complexos”, tentando, em sua proposta, restaurar a unidade entre a Geografia Física e Humana.

Este foi o itinerário da Geografia Tradicional, na França, enfocando as propostas que conceberam um conhecimento unitário, e os autores proeminentes. A seqüência Vidal de La Blache – Sorre – Le Lannou e Cholley mostrou uma continuidade de fundamentos e concepções. Na verdade, foi o desenvolvimento da mesma proposta, que se poderia considerar a majoritária, no pensamento geográfico tradicional, e que teve, na Geografia Regional, sua principal objetivação. No geral, tratou-se do estabelecimento de fato de uma Geografia Humana, explicitamente dedicada ao estudo de fenômenos humanos (a humanização do meio, a organização humana do espaço etc), que teve, porém, sua ótica orientada para o produto da ação humana, não para os processos sociais que a engendraram. Assim, uma Geografia Humana, não uma ciência social.



Capítulo 8

Além do Determinismo e do Possibilismo: a proposta de Hartshorne

A outra grande corrente do pensamento geográfico que se poderia denominar com certa impropriedade Geografia racionalista, vinculou-se aos nomes de A. Hettner e R. Hartshorne. O fato de se denominar racionalista esta corrente advém de sua menor carga empirista, em relação às anteriores. Esta perspectiva, a terceira grande orientação dentro da Geografia Tradicional, privilegiou um pouco mais o raciocínio dedutivo, antecipando um dos móveis da renovação geográfica nos anos sessenta. Isto decorreu da diferenciada fundamentação filosófica destes autores. A Geografia de Ratzel e a de Vidal tiveram sua raiz filosófica no positivismo de Augusto Comte, a qual foi passada acriticamente para seus seguidores. A geografia de Hettner e Hartshorne fundamentava-se no neokantismo de Rickert e Windelband. O fato de ter sido menos empirista não quer dizer que esta proposta tenha rompido com este traço marcante de toda a Geografia; apenas ela não se negou também ao uso da dedução.

Alfred Hettner foi um geógrafo alemão, professor da Universidade de Heidelberg e editor de uma das principais revistas geográficas de seu país, a *Geographische Zeitschrift*. Publicou suas obras entre 1890 e 1910, tendo sido assim influenciado pelo refluxo das críticas francesas às colocações de Ratzel. Por essa razão, suas teorizações foram a busca de um terceiro caminho para a análise geográfica, que não fosse o do Determinismo e o do Possibilismo. Hettner vai propor a Geografia como a ciência que estuda “a diferenciação de áreas”, isto é, a que visa explicar “por quê” e “em que” diferem as proporções da superfície terrestre; diferença esta que, para ele, é apreendida ao nível do próprio senso comum. Para Hettner, o caráter singular das diferentes parcelas do espaço adviria da particular forma de inter-relação dos fenômenos aí existentes. A Geografia seria então o estudo dessas formas de inter-relação dos elementos, no espaço terrestre.

As idéias de Hettner encontraram escassa penetração em sua época. Talvez em função do domínio incontestado do Possibilismo, que atravessava sua fase áurea. Talvez em função do próprio isolamento cultural da Alemanha, resultante do belicismo de sua política exterior. De todo modo, as teses hettnerianas foram pouco divulgadas. Foi somente através de sua retomada por Richard Hartshorne, um renomado geógrafo americano, que a proposta de Hettner passou a ser amplamente discutida. Tal difusão já se assentou no aumento do peso dos EUA, na dominação cultural do Ocidente, após a Primeira Guerra Mundial. Até então, os Estados Unidos haviam sido, no pensamento geográfico (porém não só nesta disciplina), meros repetidores das teses européias. Isto apesar do imenso interesse que a paisagem e a organização do espaço americano haviam despertado entre os geógrafos europeus, que dedicaram muitas análises a este país. O único autor de peso, surgido nos EUA, era um especialista em Geomorfologia – William Davis. Em termos de uma Geografia Geral, os americanos acompanhavam o pensamento europeu: E. Semple havia introduzido as teses de Ratzel e do Determinismo; I. Brown, as de Brunhes e, com elas, o Possibilismo. Hartshorne introduzira o pensamento de Hettner, porém, ao contrário dos anteriores, desenvolvendo-o e aprimorando-o.

Foi somente a partir dos anos trinta que a Geografia americana se desenvolveu, chegando esse país, nos anos mais recentes, a ser um dos centros mundiais da produção geográfica. Após 1930, desenvolveram-se aí duas grandes escolas de Geografia. Uma, na Califórnia, aproximou-se bastante da Antropologia, elaborando a Geografia Cultural. Seu mais destacado formulador foi Carl Sauer, que propôs o estudo das “paisagens culturais”, isto é, a análise das formas que a cultura de um povo cria, na organização de seu meio. A outra, batizada de escola do Meio-Oeste, aproximou-se da Sociologia funcionalista e da Economia, propondo estudos como o da organização interna das cidades, o da formação da rede de transportes etc. Esta escola, ainda hoje bastante ativa, foi pioneira no uso dos modelos e da qualificação (suas teorias serão discutidas no capítulo seguinte).

Entretanto, foi sem dúvida a produção de Hartshorne que encontrou maior repercussão, dado o seu caráter amplo (em busca de uma Geografia Geral) e explicitamente metodológico.

Hartshorne publicou em 1939 um livro, *A natureza da Geografia*, que foi mundialmente discutido. Dos debates ensejados por esta obra, das críticas e sugestões levantadas, retirou o material para escrever outro livro, *Questões sobre a natureza da Geografia*, publicado em 1959, que apresentou o conteúdo final da sua proposta. Esta vai ser a última tentativa de agilizar a Geografia Tradicional, mantendo-lhe a essência de busca de um conhecimento unitário, e dando-lhe uma versão mais moderna.

A primeira diferença da proposta de Hartshorne residiu em este defender a idéia de que as ciências se definiriam por métodos próprios, não por objetos singulares. Assim, a Geografia teria sua individualidade e autoridade decorrentes de uma forma própria de analisar a realidade. O método especificamente geográfico viria do fato de essa disciplina trabalhar o real em sua complexidade, abordando fenômenos variados, estudados por outras ciências. Para Hartshorne, o estudo geográfico não isolaria os elementos, ao contrário trabalharia com suas inter-relações. A forma anti-sistemática seria mesmo a singularidade da análise geográfica. Desta forma, Hartshorne deixou de procurar um objeto da Geografia, entendendo-a como um “ponto de vista”. Seria um estudo das inter-relações entre fenômenos heterogêneos, apresentando-as numa visão sintética. Entretanto, as inter-relações não interessariam em si, e sim na medida em que “desvendam o caráter variável das diferentes áreas da superfície da Terra”. Pois, para Hartshorne, a Geografia seria um estudo da “variação de áreas”.

Os conceitos básicos formulados por Hartshorne foram os de “área” e de “integração”, ambos referidos ao método. A área seria uma parcela da superfície terrestre, diferenciada pelo observador, que a delimita por seu caráter, isto é, a distingue das demais. Essa delimitação é um procedimento de escolha do observador, que seleciona os fenômenos enfocados; dependendo dos dados selecionados, a delimitação será diferente (pois a abrangência destes varia desigualmente). Assim, na verdade, a área é construída idealmente pelo pesquisador, a partir da observação dos dados escolhidos. Desta forma, a área seria um instrumento de análise (semelhante ao tipo-ideal de Max Weber), ao contrário da região ou do território, que eram vistos como realidades objetivas exteriores ao observador. A área seria construída no processo de investigação. Para Hartshorne, uma área possuiria múltiplos processos integrados, sendo uma fonte inesgotável de inter-relações. O conjunto de todas as inter-relações possíveis daria a realidade total da área, porém sua apreensão seria impossível; logo, buscar a exaustão seria anticientífico. Daí a necessidade de seleção dos elementos a serem analisados, que deveriam ser os mais significativos.

Hartshorne argumentou que os fenômenos variam de lugar a lugar, que as suas inter-relações também variam, e que os elementos possuem relações internas e externas à área. O caráter de cada área seria dado pela integração de fenômenos inter-relacionados. Assim, a análise deveria buscar a integração do maior número possível de fenômenos inter-relacionados. Exemplificando: o pesquisador seleciona dois ou mais fenômenos (p. ex. clima, produção agrícola, tecnologia disponível), observa-os na área escolhida, relaciona-os. Seleciona outros (p. ex. topografia, estrutura fundiária, relações de trabalho), observa-os, relaciona-os; repete várias vezes este procedimento, tentando abarcar o maior número de fenômenos (tipo de solo, destinação da produção, número de cidades, tamanho do mercado consumidor, hidrografia etc.); uma vez de posse de vários conjuntos de fenômenos agrupados e inter-relacionados, integra-os inter-relacionando os conjuntos; repete todo este procedimento, com novos fenômenos, ou novos agrupamentos dos mesmos fenômenos, em conjuntos diferentes; afinal, integram-se, entre si, os conjuntos já integrados separadamente. Este processo pode ser repetido inúmeras vezes, até o pesquisador julgar suficiente para se compreender o caráter da área enfocada. A esta forma de estudo Hartshorne denominou a Geografia Idiográfica. Seria uma análise singular (de um só lugar) e unitária (tentando apreender vários elementos), que levaria a um conhecimento bastante profundo de determinado local.

Porém, Hartshorne também propôs uma segunda forma de estudo, por ele denominada Geografia Nomotética. Esta deveria ser generalizadora, apesar de parcial. No estudo nomotético, o pesquisador pararia na primeira integração, e reproduzi-la-ia (tomando os mesmos fenômenos e fazendo as mesmas inter-relações) em outros lugares. As comparações das integrações obtidas permitiriam chegar a um “padrão de variação”, daqueles fenômenos tratados. Assim, as integrações parciais (de poucos elementos inter-relacionados) seriam comparáveis, por tratarem dos mesmos pontos, abrindo a possibilidade de um conhecimento genérico. Desta forma, Hartshorne articulou a Geografia Geral e a Regional, diferenciando-as pelo nível de profundidade de suas colocações. Quanto maior a simplicidade de fenômenos e relações tratados, maior possibilidade de generalização. Quanto mais profunda a análise efetuada, maior conhecimento da singularidade local.

Esta era a proposta de Hartshorne, que foi amplamente discutida pois abria novas perspectivas para o estudo geográfico. A Geografia Nomotética possibilitou análises tópicas, isto é, centradas em um conjunto articulado de temas; por exemplo, uma Geografia do Petróleo, discutindo uma integração de fenômenos associados a este produto, numa escala mundial; ou uma Geografia da Monocultura, ou uma Geografia do Café, ou do Cacau, ou ainda uma Geografia da Pesca, ou do Transporte Marítimo etc. A Geografia Nomotética possibilitou a agilização do estudo regional, que ia ao encontro dos interesses do planejamento, pois abriu a perspectiva de trabalhar com um número bastante elevado de elementos, relacionando-os de acordo com os interesses do plano. Esta segunda perspectiva instrumentalizou os “diagnósticos”, e deu possibilidade para o uso da quantificação e da computação em Geografia. Observe-se a operacionalidade que a introdução do computador propicia, na ótica das inter-relações e integrações. Porém, tais desdobramentos já se inserem no movimento de renovação da Geografia, que terá na proposta de Hartshorne uma das vias de sua objetivação.

As propostas de Hartshorne, por um lado, e de Cholley e Le Lannou por outro, encerram as derradeiras tentativas da Geografia Tradicional. Finalizaram um ciclo, que teve sua unidade dada pela aceitação de certas máximas tidas como verdadeiras, a saber: a idéia de ciência de síntese, de ciência empírica e de ciência de contato. Hartshorne, o que mais se afastou destas colocações, sem romper com o pensamento tradicional, já representava um papel de transição. Cabe agora analisar o saldo desta Geografia, na medida em que sua crítica mais detalhada será abordada no próximo capítulo.

Em primeiro lugar, a Geografia Tradicional deixou uma ciência elaborada, um corpo de conhecimentos sistematizados, com relativa unidade interna e indiscutível continuidade nas discussões. Deixou fundamentos, que mesmo criticáveis, delimitaram um campo geral de investigações, articulando uma disciplina autônoma. Nesse processo, elaborou um temário válido, independente das teorias que desenvolveu; esse temário restou como a grande herança do pensamento geográfico tradicional. Assim, seu grande feito foi a identificação de problemas, o levantamento de questões válidas, às quais deu respostas insatisfatórias ou equivocadas.

Em segundo lugar, a Geografia Tradicional elaborou um rico acervo empírico, fruto de um trabalho exaustivo de levantamento de realidades locais. Mesmo que por vias metodológicas também criticáveis, o valor das informações acumuladas não pode ser minimizado. Constituem um substantivo material para pesquisas posteriores, pois apresentam dados minuciosos sobre situações singulares. Neste sentido, a tônica descritiva foi benéfica, pois forneceu informações fidedignas. O próprio desenvolvimento das técnicas de descrição e representação foi também um saldo favorável da Geografia Tradicional.

E, finalmente, o pensamento tradicional da Geografia elaborou alguns conceitos (como território, ambiente, região, habitat, área etc.) que merecem ser rediscutidos. Sua crítica permitirá um avanço, no trato das questões a que se referem.

Em termos sucintos, este é o quadro do que foi a Geografia.

Capítulo 9

O movimento de renovação da Geografia

A Geografia conhece hoje um movimento de renovação considerável, que advém do rompimento de grande parte dos geógrafos com relação à perspectiva tradicional. Há uma crise de fato da Geografia Tradicional, e esta enseja a busca de novos caminhos, de nova linguagem, de novas propostas, enfim, de uma liberdade maior de reflexão e criação. As certezas ruíram, desgastaram-se. E, novamente, pergunta-se sobre o objeto, o método e o significado da Geografia.

A crise da Geografia Tradicional, e o movimento de renovação a ela associado, começam a se manifestar já em meados da década de cinquenta e se desenvolvem aceleradamente nos anos posteriores. A década de sessenta encontra as incertezas e os questionamentos difundidos por vários pontos. A partir de 1970, a Geografia Tradicional está definitivamente enterrada; suas manifestações, dessa data em diante, vão soar como sobrevivências, resquícios de um passado já superado. Instala-se, de forma sólida, um tempo de críticas e de propostas no âmbito dessa disciplina. Os geógrafos vão abrir-se para novas discussões e buscar caminhos metodológicos até então não trilhados. Isto implica uma dispersão das perspectivas, na perda da unidade contida na Geografia Tradicional. Esta crise é benéfica, pois introduz um pensamento crítico, frente ao passado dessa disciplina e seus horizontes futuros. Introduz a possibilidade do novo, de uma Geografia mais generosa.

Cabe, antes de mais nada, tentar explicar as razões da crise. Em primeiro lugar, havia se alterado a base social, que engendrara os fundamentos e as formulações da Geografia Tradicional. A realidade havia mudado, deixando produtos defasados, aqueles que não acompanharam o ritmo da mudança. O desenvolvimento do modo de produção capitalista havia superado seu estágio concorrencial, entrando na era monopolista. Não se tratava mais de um capitalismo assentado em múltiplas empresas, com burgueses médios concorrendo no mercado. Vivia-se a época dos grandes trustes, do monopólio e do grande capital. Uma revolução tecnológica entrepunha-se aos dois momentos. O liberalismo econômico já estava enterrado; a grande crise de 1929 havia colocado a necessidade da intervenção estatal na economia. Haviām caído por terra as teses da livre iniciativa, da ordem natural e auto-regulada do mercado. Propunha-se agora a ação do Estado na ordenação e regulação da vida econômica. O planejamento econômico estava estabelecido como uma arma de intervenção do Estado. E, com ele, o planejamento territorial, com a proposta de ação deliberada na organização do espaço. A realidade do planejamento colocava uma nova função para as ciências humanas: a necessidade de gerar um instrumental de intervenção, enfim uma feição mais tecnológica. A Geografia Tradicional não apontava nessa direção, daí sua defasagem e sua crise.

Em segundo lugar, o desenvolvimento do capitalismo havia tornado a realidade mais complexa. A urbanização atingia graus até então desconhecidos, apresentando fenômenos novos e complexos, como as megalópoles. O quadro agrário também se modificara, com a industrialização e a mecanização da atividade agrícola, em várias partes do mundo. As comunidades locais tendiam a desaparecer, articulando-se a intrincadas redes de relações, próprias da economia mundializada da atualidade. O lugar já não se explicava em si mesmo; os centros de decisão das atividades ali desenvolvidas localizava-se muitas vezes, a milhares de quilômetros. O espaço terrestre se globalizara nos fluxos e nas relações econômicas. Vivia-se o capitalismo das empresas multinacionais, dos transportes e das comunicações interoceânicas. A realidade local era apenas elo de uma cadeia, que articulava todo o planeta. Isto defasou o instrumental de pesquisa da Geografia, implicando numa crise das técnicas tradicionais de análise. Estas não davam mais conta nem da descrição e representação dos fenômenos da superfície terrestre. Criadas para explicar situações simples, quadros locais fechados, não conseguiam apreender a complexidade da organização atual do espaço. O instrumental elaborado para explicar comunidades locais não conseguia apreender o espaço da economia mundializada. Estabelece-se uma crise de linguagem, de metodologia de

pesquisa. O movimento de renovação vai buscar novas técnicas para a análise geográfica. De um instrumental elaborado na época do levantamento de campo, vai se tentar passar para o sensoriamento remoto, as imagens de satélite, o computador.

Em terceiro lugar, e em função dos dados acima expostos, o próprio fundamento filosófico, sobre o qual se assentava o pensamento geográfico tradicional, havia ruído. Esta disciplina permanecia como talvez o último baluarte do positivismo clássico. Este havia sofrido críticas internas e renovações, das quais a Geografia passou ao largo. O desenvolvimento das ciências e do pensamento filosófico ultrapassara em muito os postulados positivistas, que apareciam agora como por demais simplistas e peruis. Assim, mesmo ao nível desse pensamento, ocorrera uma renovação, à qual a Geografia permanecera alheia. A própria complexização da realidade e dos instrumentos de pesquisa havia envelhecido as formulações do positivismo clássico. A crise deste foi também uma das razões da crise da Geografia, que nele se fundamentava.

Além dessas razões, a crise do pensamento geográfico tradicional também se desenvolveu a partir de problemas internos dessa disciplina. Havia questões de formulação, lacunas lógicas e dubiedades, que forneceram a via imediata da crítica. A renovação fez desta seu patamar, dissimulando muitas vezes o teor da crise, ao colocá-la apenas como uma discussão interna da Geografia, puramente técnica, ou como uma forma de gerenciar o nível de crítica, escondendo as razões anteriores e os compromissos sociais do discurso geográfico. Enfim, estas questões pendentes foram um móvel direto do processo de renovação.

Entre os pontos mais visados da Geografia Tradicional, existem alguns que foram apontados por todos os envolvidos na crítica desse conhecimento. A indefinição do objeto de análise seria um desses primeiros pontos. Esta indefinição, como foi visto, acompanha toda a produção desta disciplina, abrindo flancos, na crítica da autoridade da Geografia, por outros campos do conhecimento científico. Outro ponto foi a questão da generalização. Como foi observado, a análise geográfica não conseguiu chegar a explicações genéricas. As únicas generalizações empreendidas que se fizeram à custa de simplismo e do mecanicismo determinista, ou com a perda da unidade do estudo geográfico, como em Hartshorne. De resto, a Geografia unitária, que buscava apreender um conjunto de fenômenos em síntese, sempre permaneceu nos estudos de singularidades. A falta de leis, ou de outra forma de generalização, foi uma das maiores razões da crise da Geografia Tradicional. Estes dois pontos articularam-se nas dualidades que permearam toda a produção geográfica: Geografia Física e Geografia Humana, Geografia Geral e Geografia Regional, Geografia Sintética e Geografia Tópica. Sempre a resolução de um dos problemas acarretava a não solução do outro dualismo. Vidal de La Blache, por exemplo, formula uma proposta que resolve o primeiro e o terceiro dualismo, porém à custa do segundo; sua Geografia é unitária e sintética, entretanto abre mão da generalização, pela perspectiva regional. Hartshorne resolve esta última questão, com a idéia do estudo nomotético e idiográfico, entretanto somente através de uma Geografia tópica. E assim ocorre, em todas as propostas. Todas estas questões forneceram as razões formais para a crítica do pensamento geográfico tradicional, e, assim, foram as condutoras do início do movimento de renovação.

Se a insatisfação com as propostas tradicionais é um traço comum entre os geógrafos, os níveis de questionamento variam bastante. Alguns autores vão ficar nas razões formais; outros avançam, buscando as razões mais profundas na base social e na função ideológica desse conhecimento. De acordo com esta variação, temos críticas distintas, que já dependem dos propósitos e do direcionamento que se imprime ao movimento de renovação. O fundamento positivista clássico é negado por todos, porém o que deve substituí-lo é matéria das mais polêmicas. O afastamento da Geografia Tradicional, com relação à Filosofia e às demais ciências, é unanimemente criticado, porém as teorias científicas e as posturas filosóficas, que casa um vai buscar, para aproximar da nova Geografia, serão as mais variadas e antagônicas. Assim, conforme as propostas e perspectivas que cada autor vislumbra ou defende, cada um possuirá um nível de

questionamento, enfocará sua crítica do conhecimento tradicional num determinado ângulo, destacando aqueles pontos que melhor se adequem a introduzir sua proposta.

O movimento de renovação, ao contrário da Geografia Tradicional, não possui uma unidade; representa mesmo uma dispersão, em relação àquela. Tal fato advém da diversidade de métodos de interpretação e de posicionamentos dos autores que o compõem. A busca do novo foi empreendida por variados caminhos; isto gerou propostas antagônicas e perspectivas excludentes. O mosaico da Geografia Renovada é bastante diversificado, abrangendo um leque muito amplo de concepções. Entretanto, é possível agrupá-las, em função de seus propósitos e de seus posicionamentos políticos, em dois grandes conjuntos: um pode ser denominado Geografia Pragmática, outro Geografia Crítica.

A divisão do movimento de renovação da Geografia em duas vertentes, a Crítica e a Pragmática, está assentado na polaridade ideológica das propostas efetuadas. O critério adotado e o da concepção de mundo dos autores, vista como decorrente de posicionamentos sociais e/ou engajamentos políticos. Assim, é pelo compromisso social, contido nas variadas perspectivas de análise renovadas, que se torna possível agrupá-las; noutras palavras, pelo projeto histórico que veiculam, pela perspectiva de classe que professam, enfim pela ideologia que alimentam e pelos interesses concretos a que servem. Dentro desse fundamento ético, comum a cada uma, encontram-se propostas singulares de feições e procedimentos ímpares. Nas duas vertentes, aparecem posturas filosóficas, logo fundamentos metodológicos, diversificados. A unidade ético-política não implica diretamente perspectivas unitárias, com respeito a métodos. Entretanto, isto não esvaece a característica comum de cada conjunto, que transparece, por exemplo, nos horizontes de crítica à Geografia Tradicional.



Capítulo 10

A Geografia Pragmática

A Geografia Pragmática efetua uma crítica apenas à insuficiência da análise tradicional. Não vai aos seus fundamentos e à sua base social. Ataca, principalmente, o caráter não-prático da Geografia Tradicional. Argumentam seus seguidores que esta disciplina teve sempre uma ótica retrospectiva, isto é, falava do passado, era um conhecimento de situações já superadas. Assim não informava a ação, não previa; logo, era inoperante como instrumento de intervenção na realidade. Nesse sentido, os autores pragmáticos vão propor uma ótica prospectiva, um conhecimento voltado para o futuro, que instrumentalize uma Geografia aplicada. Desta forma, seu intuito geral é o de uma “renovação metodológica”, o de buscar novas técnicas e uma nova linguagem, que dê conta das novas tarefas postas pelo planejamento. A finalidade explícita é criar uma tecnologia geográfica, um móvel utilitário. Daí sua denominação de pragmática. Este objetivo é expressado claramente por vários autores; M. Philipponneau, por exemplo, escreve um livro intitulado *Geografia e ação: introdução à Geografia Aplicada*, que bem demonstra estes propósitos.

A crítica dos autores pragmáticos à Geografia Tradicional fica num nível formal. É um questionamento da superfície da crise, não de seus fundamentos. É uma crítica “acadêmica”, que não toca nos compromissos sociais do pensamento tradicional. Nem poderia ser de outra forma, na medida em que estes compromissos são mantidos. Como foi visto, o planejamento é uma nova função, posta para as ciências humanas pelas classes dominantes; é um instrumento de dominação, a serviço do Estado Burguês. A Geografia Pragmática é uma tentativa de contemporaneizar, em vista dessa nova função, este campo específico do conhecimento, sem romper seu conteúdo de classe. Suas propostas visam apenas uma redefinição das formas de veicular os interesses do capital, daí sua crítica superficial à Geografia Tradicional. Uma mudança de forma, sem alteração do conteúdo social. Uma atualização técnica e lingüística. Passa-se, de um conhecimento que levanta informações e legitima a expansão das relações capitalistas, para um saber que orienta esta expansão, fornecendo-lhe opções e orientando as estratégias de alocação do capital no espaço terrestre. Assim, duas tarefas diferentes, em dois momentos históricos distintos, servindo a um mesmo fim. Nesse sentido, o pensamento geográfico pragmático e o tradicional possuem uma continuidade, dada por seu conteúdo de classe – instrumentos práticos e ideológicos da burguesia.

Nessa atualização do discurso burguês a respeito do espaço, que se poderia chamar de renovação conservadora da Geografia, ocorre a passagem, ao nível dessa disciplina, do positivismo clássico para o neopositivismo. Troca-se o empirismo da observação direta (do “ater-se aos fatos” ou dos “levantamentos dos aspectos visíveis”) por um empirismo mais abstrato, dos dados filtrados pelas estatísticas (das “médias, variâncias e tendências”). Do trato direto com o trabalho de campo, o estudo filtrado pela parafernália da cibernética. Nesse processo, sofisticam-se o discurso geográfico, tornam-se mais complexas a linguagem e as técnicas empregadas. Da submissão total aos procedimentos indutivos (e toda a Geografia Tradicional faz o elogio da indução) passa-se a aceitar também o raciocínio dedutivo. Da contagem e enumeração direta dos elementos da paisagem, para as médias, os índices e os padrões. Da descrição, apoiada na observação de campo, para as correlações matemáticas expressas em índices. Nesse processo, há um empobrecimento do grau de concretude do pensamento geográfico. Apesar da sofisticação técnica e lingüística, este permanece formal (preso às aparências do real), e agora mais pobre, porque mais abstrato.

A Geografia Pragmática vai se substantivar por algumas propostas diferenciadas. Uma primeira via de sua objetivação é a Geografia Quantitativa, defendida, por exemplo, na obra de G. Dematteis, *Revolução quantitativa e Nova Geografia*. Para os autores filiados a esta corrente, o temário geográfico poderia ser explicado, totalmente com o uso de métodos matemáticos. Todas as questões aí tratadas – as relações e inter-relações de fenômenos de elementos, as variações locais da paisagem, a ação da natureza sobre os homens etc. – seriam passíveis de ser expressas em termos

numéricos (pela medição de suas manifestações) e compreendidas na forma de cálculos. Para eles, os avanços da estatística e da computação propiciam uma explicação geográfica. Por exemplo, ao se estudar uma determinada região, a análise deveria começar pela contagem dos elementos presentes (número de estabelecimentos agrícolas, total de população, extensão, número e tamanho das vilas e cidades etc.); este procedimento forneceria tabelas numéricas de cada dado, as quais seriam trabalhadas estatisticamente pelo computador (médias, variâncias, desvio-padrão, medianas etc.) e relacionadas (correlação simples e múltipla, regressão linear, covariação, análise de agrupamento etc.); ao final, surgiriam resultados numéricos, cuja interpretação daria a explicação da região estudada. Poder-se-iam formular juízos do seguinte tipo: a estrutura fundiária é explicável pela topografia, em relação ao tipo de produto, na razão de 70%; o tamanho das cidades relaciona-se com o sistema viário em 0,6 numa escala de 0 a 1; variando a produtividade agrícola, variará o volume de estradas asfaltadas, na proporção de 7.0 numa escala de 1 a 10; e assim por diante. A relação de várias destas constatações permitiria chegar à explicação geral da área estudada.

Outra via de objetivação da Geografia Pragmática vem da teoria dos sistemas; daí ser chamada Geografia Sistêmica ou Modelística. Esta, expressa por exemplo nas colocações de Brian Berri, propõe o uso de modelos de representação e explicação no trato dos temas geográficos. Na verdade, articula-se com a proposta anterior, mas ultrapassa-a, ao conceber um nível mais genérico de análise. Os modelos seriam representações das estruturas fundamentais da organização do espaço, assim as articulações tidas como constantes em todos os casos singulares. Estes modelos atuam, na pesquisa, como hipóteses lógicas dadas aprioristicamente, sendo constituídos de dados constantes, ou “fatores”, e de elementos agregados, ou “variáveis”. Na pesquisa, o investigador deve preencher os itens do modelo assumido com os dados da realidade enfocada, assim como introduzir variáveis próprias do lugar estudado. A articulação entre estes dados constantes e variáveis fornecerá, por uma elaboração no computador, os resultados em termos de padrões e tendências. Os modelos originaram-se basicamente na Economia, aparecendo, por exemplo, na explicação da organização da agricultura, da formação das redes de cidades, ou da localização industrial. No primeiro caso, pode-se lembrar o modelo de von Thünen, que concebeu uma teoria explicando a localização da produção agrícola, em função da distância do mercado: construiu um modelo de círculos concêntricos, tendo por centro uma cidade; no primeiro círculo, ao redor desta, localizar-se-iam os produtos hortifrutigranjeiros (os mais perecíveis); num segundo, a agricultura de grãos de abastecimento; no terceiro, a criação etc. No segundo caso, pode-se pensar na teoria da centralidade, de Christaller: este autor visava explicar a hierarquia das cidades, com relação ao poder de atração exercido por uma metrópole, em virtude do equipamento nela existente. No terceiro caso, pode-se pensar num modelo, como o de Estal e Buchanan, onde a localização de uma indústria é explicável por um equilíbrio entre o mercado consumidor, o mercado de mão-de-obra e as reservas de matérias-primas. Estes modelos expressariam um grande nível de generalidade, sendo válidos para qualquer ponto da superfície terrestre. O modelo apóia-se na idéia de que os fenômenos, na realidade, se manifestaram como sistemas: relações de partes articuladas por fluxos. O modelo tentaria expressar a estrutura do sistema, em Geografia o “geossistema”, ou o “ecossistema”, os “sistemas de cidades”, ou a organização regional como “subsistema do sistema nacional”. Assim, os modelos seriam tantos quantos os sistemas existentes no real, passíveis de uma análise geográfica. A análise modelística permite selecionar os elementos do estudo, relacioná-los de acordo com os interesses do pesquisador, e aprofundar a pesquisa, com a inclusão de novas variáveis, tornando o sistema mais complexo.

A Geografia Quantitativa, o uso dos modelos e da teoria dos sistemas articulam-se numa proposta que, no Brasil, se desenvolveu sob a denominação de Geografia Teórica, má tradução do termo inglês “theoretical” (teórica), que nominava esta perspectiva genérica e explicativa do pensamento geográfico. Tal perspectiva constitui-se na espinha dorsal da renovação pragmática, aparecendo em inúmeras propostas específicas. Poder-se-ia lembrar a “teoria dos jogos”, vendo a

ação dos homens como fruto de opções, num rol de possibilidades dado pela natureza; ou ainda, a teoria da “difusão de inovações”, que busca explicar como a modernização penetra num dado meio social. Estas teorias, e aqui foram vistos apenas dois exemplos, elaboram-se com o uso do instrumental quantitativo, sistêmico e modelístico. São operações específicas da Geografia Pragmática. Do que foi apresentado, pode-se ter uma idéia geral desta perspectiva. O número de propostas, por ela desenvolvidas, é bastante elevado, seja pela via da Geografia Quantitativa, seja pela Sistêmica, seja ainda pela combinação destas duas em teorias singulares.

Caberia ainda mencionar, dentro da exposição das vias de objetivação da Geografia Pragmática, aquela que se aproxima da Psicologia, formulando o que se denomina Geografia da Percepção ou Comportamental. Esta buscaria entender como os homens percebem o espaço por eles vivenciado, como se dá sua consciência em relação ao meio que os encerra, como percebem e como reagem frente às condições e aos elementos da natureza ambiente, e como este processo se reflete na ação sobre o espaço. Os seguidores desta corrente tentam explicar a valorização subjetiva do território, a consciência do espaço vivenciado, o comportamento em relação ao meio. Estes estudos fazem uso do instrumental desenvolvido pela psicologia, em particular as teorias behavioristas. As pesquisas efetuadas abordam temas como os seguintes: o comportamento do homem urbano, em relação aos espaços de lazer; a influência das formas, na produtividade do trabalho; a relação das sociedades com a natureza, expressas na organização dos parques; a atitude frente a novas técnicas de plantio, numa determinada comunidade rural; a concepção e as formas de representação do espaço, numa sociedade indígena africana, entre outros. Esta é uma perspectiva bastante recente, que ainda não acumulou uma produção significativa.

Afinal, estas são as principais vias pelas quais se tenta objetivar a Geografia Pragmática. Todas interessam a um fim utilitário, na medida em que informa a ação do planejamento. Geram um tipo de conhecimento diretamente operacionalizável, que permite a intervenção deliberada sobre a organização do espaço. A Quantitativa permite a elaboração de “diagnósticos” sobre um determinado espaço, apresentando uma descrição numérica exaustiva sobre as suas características, e ainda as tendências da evolução dos fenômenos ali existentes. Este diagnóstico ou survey permite um conhecimento da área enfocada e a escolha de estratégias de intervenção, acelerando ou obstaculizando as tendências presentes. O modelo já informa, de modo mais direto, o ato da escolha, dirige a opção, orienta a estratégia adotada. A relação entre as premissas e as variáveis do modelo é, em si mesma, a produção da resposta buscada, a solução do problema sob o qual se visa atuar. A escolha do modelo manifesta posições anteriores do pesquisador, e também diz respeito ao problema tratado. A adaptação deste à realidade estudada se faz pela inserção de novas variáveis, próprias da área enfocada. A idéia de sistema está presente, pois a ação do planejamento se efetiva fundamentalmente pela criação ou reordenação de “fluxos”, pela organização de “partes”, visando o equilíbrio do “todo”, enfim, pela busca da funcionalidade do sistema. Teorias, como a da difusão de informações, orientam estratégias de intervenção específicas, por exemplo, a antecipação dos efeitos e da viabilidade de uma dada medida a ser adotada num plano. Finalmente, a Geografia da Percepção informa como implementar o plano formulado, principalmente no que tange à reação do elemento humano, frente às alterações prescritas.

A Geografia Pragmática desenvolve uma tecnologia de intervenção na realidade. Esta é uma arma de dominação, para os detentores do Estado. Em si mesma, é apenas um acervo de técnicas, que se transforma em ideologia, ao tentar dissimular seu componente e sua eficácia política, ao se propor como processo neutro e puramente objetivo. Assim, ao propor sua ação como apoiada em critérios técnicos, mascara o conteúdo de classe das soluções almejadas e dos interesses defendidos na ação planejadora. A posição política do planejador manifesta-se na escolha dos modelos, pois estes já indicam o caminho a ser seguido. O “tecnicismo” é uma versão moderna da ideologia da neutralidade científica, já discutida ao tratar-se da proposta vidalina. Em última instância, o planejamento sempre serve para a manutenção da realidade existente, atuando no sentido de

neutralizar os conflitos e facilitar a ação do Estado. Nas sociedades capitalistas, auxilia o domínio da burguesia, orientando a alocação de capital no espaço, propondo reformas, atenuando contradições ambientais e gerando informações para a expansão das relações capitalistas de produção.

A Geografia Pragmática é um instrumento da dominação burguesa. Um aparato do Estado capitalista. Seus fundamentos, enquanto um saber de classe, estão indissolivelmente ligados ao desenvolvimento do capitalismo monopolista. Assim, são interesses claros os que ela defende: a maximização dos lucros, a ampliação da acumulação de capital, enfim, a manutenção da exploração do trabalho. Nesse sentido, mascara as contradições sociais, legitima a ação do capital sobre o espaço terrestre. É uma arma prática de intervenção, mas também uma arma ideológica, no sentido de tentar fazer passar como “medidas técnicas” (logo, neutras e cientificamente recomendadas” a ação do Estado na defesa de interesses de classe. Fora da órbita estatal, o planejamento é diretamente um elemento da gerência das empresas capitalistas. Assim, o conteúdo de classe da Geografia Pragmática é inquestionável. É, inclusive, este compromisso que dá unidade às suas várias propostas: uma unidade política. O fato de manter a base social do pensamento geográfico tradicional faz dela a via conservadora do movimento de renovação dessa disciplina. O utilitarismo será o móvel comum de suas formulações.

A crítica da Geografia Pragmática alimenta o embate ideológico atual, ao nível dessa disciplina. Esta é empreendida por aquela vertente do movimento de renovação, que se denomina Geografia Crítica. A polêmica, entre as duas vertentes, reflete o antagonismo político existente na sociedade burguesa; manifesta a contradição de classe, na discussão de um campo específico do conhecimento. É assim um debate político, ao nível da ciência; uma luta ideológica, expressão da luta de classe, no plano do pensamento. Cabe analisar o teor das críticas levantadas à perspectiva pragmática.

Um questionamento levantado ao conjunto de propostas, que constituem a Geografia Pragmática, incide no empobrecimento que ela introduz na reflexão geográfica. A Geografia Tradicional, em função da prática da observação direta (da pesquisa de campo), concebia o espaço em sua riqueza (em sua complexidade). A Geografia Pragmática, ao romper com estes procedimentos, simplifica arbitrariamente o universo da análise geográfica, torna-o mais abstrato, mais distante do realmente existente. Seus autores empobrecem a Geografia, ao conceber as múltiplas relações entre os elementos da paisagem, com relações matemáticas, meramente quantitativas. Empobrecem a Geografia, ao conceber a superfície da Terra (para o pensamento tradicional a “morada do homem” ou o “teatro da História”), como um espaço abstrato de fluxos, ou uma superfície isotrópica, sob a qual se inclina o planejador, e assim a desistoricizam e a desumanizam. Empobrecem a Geografia ao conceber a região (no pensamento tradicional o “fruto de um processo histórico”) como a região-plano, a área de intervenção, cuja dinâmica é dada pela ação do planejador. Há, assim, um empobrecimento, advindo de um anti-historicismo, comum a todas as propostas da Geografia Tradicional. E, vinculado a este, um triunfo do formalismo, das teorizações genéricas e vazias, muito mais distantes da realidade do que aquelas teorias tradicionais. Desta forma, a concepção do espaço da Geografia Tradicional era mais rica, possuía maior grau de concretude, maior correspondência ao real. É esse o sentido do empobrecimento aludido, que vem acompanhado de uma sofisticação técnica e lingüística. Apresenta-se um discurso, na essência mais pobre, com uma linguagem mais rica e mais elaborada. Porém a sofisticação instrumental veicula um conteúdo mais simplista. Este é o teor das críticas, ao nível teórico, às propostas pragmáticas. Outras poderiam ser levantadas, como a do fracionamento do objeto, em que esta proposta incorre. A progressiva especialização dos estudos, dada pela finalidade utilitária e pelas exigências do trabalho aplicado, leva à perda total de qualquer perspectiva, quanto à unidade do universo da análise geográfica. Entretanto, esta questão é englobada pela anterior, sendo mais uma manifestação do empobrecimento contido na Geografia Pragmática.

Em suma, esta é uma das vertentes do movimento de renovação, do pensamento geográfico. Aquela que engaja a produção dessa disciplina no projeto da manutenção da realidade existente, sendo assim a vertente conservadora. O saldo da Geografia Pragmática é um desenvolvimento técnico, minimizado frente ao empobrecimento real da análise por ela empreendida. As várias correntes da Geografia Pragmática representam uma das opções postas para quem faz Geografia na atualidade. Sua aceitação decorrerá do posicionamento social do geógrafo, sendo assim um ato político, uma opção de classe.



Capítulo 11

A Geografia Crítica

A outra vertente, do movimento de renovação do pensamento geográfico, agrupa aquele conjunto de propostas que se pode denominar Geografia Crítica. Esta denominação advém de uma postura crítica radical, frente à Geografia existente (seja a Tradicional ou a Pragmática), a qual será levada ao nível de ruptura com o pensamento anterior. Porém, o designativo de crítica diz respeito, principalmente, a uma postura frente à realidade, frente à ordem constituída. São os autores que se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo. São, assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma Geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem.

Os autores da Geografia Crítica vão fazer uma avaliação profunda das razões da crise: são os que acham fundamental evidenciá-la. Vão além de um questionamento acadêmico do pensamento tradicional, buscando as suas raízes sociais. Ao nível acadêmico, criticam o empirismo exacerbado da Geografia Tradicional, que manteve suas análises presas ao mundo das aparências, e todas as outras decorrências da fundamentação positivista (a busca de um objeto autonomizado, a idéia absoluta de lei, a não-diferenciação das qualidades distintas dos fenômenos humanos etc.). Entretanto, vão além, criticando a estrutura acadêmica, que possibilitou a repetição dos equívocos: o “mandarinato”, o apego às velhas teorias, o cerceamento da criatividade dos pesquisadores, o isolamento dos geógrafos, a má formação filosófica etc. E, mais ainda, a despolitização ideológica do discurso geográfico, que afastava do âmbito dessa disciplina a discussão das questões sociais. Assim, ao nível da crítica de conteúdo interno da Geografia, não deixam pedra sobre pedra.

A vanguarda desse processo crítico renovador vai ainda mais além, apontando o conteúdo de classe da Geografia Tradicional. Seus autores mostram as vinculações entre as teorias geográficas e o imperialismo, a idéia de progresso veiculando sempre uma apologia da expansão. Mostram o trabalho dos geógrafos, como articulado às razões do Estado. Desmistificam a pseudo-“objetividade” desse processo, especificando como o discurso geográfico escamoteou as contradições sociais. Atingem assim seu caráter ideológico, que via a organização do espaço como harmônica; via a relação homem-natureza, numa ótica que acobertava as relações entre os homens; via a população de um dado território, como um todo homogêneo, sem atentar para a sua divisão em classes. Enfim, os geógrafos críticos apontaram a relação entre a Geografia e a superestrutura da dominação de classe, na sociedade capitalista. Desvendaram as máscaras sociais aí contidas, pondo à luz os compromissos sociais do discurso geográfico, seu caráter classista. As razões da crise foram buscadas fora da Geografia.

O autor que formulou a crítica mais radical da Geografia Tradicional foi, sem dúvida, Yves Lacoste, em seu livro *A Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*. Lacoste argumenta que o saber geográfico manifesta-se em dois planos: a “Geografia dos Estados-Maiores” e a “Geografia dos Professores”. Para ele, a primeira sempre existiu ligada à própria prática do poder. Todo conquistador (Alexandre, César ou Napoleão) sempre teve um projeto com relação ao espaço, também os Estados e, mais modernamente, a direção das grandes empresas monopolistas. Essa Geografia seria feita, na prática, ao se estabelecer estratégias de ação no domínio da superfície terrestre, acontecendo, entretanto, que dificilmente esta teorização é explicitada. Porém, sempre existe vinculada à gestão do poder. A “Geografia dos Professores” seria a que foi aqui denominada de tradicional. Esta, para Lacoste, tem uma dupla função: Em primeiro lugar, mascarar a existência da “Geografia dos Estados-Maiores”, apresentando o conhecimento geográfico como um saber inútil; assim, mascarar o valor estratégico de saber pensar o espaço, tornando-o desinteressante, para a maioria das pessoas. Em segundo lugar, a “Geografia dos Professores” serve para levantar, de uma forma camuflada, dados para a “Geografia dos Estados-Maiores”, e, assim, fornecer

informações precisas, sobre os variados lugares da Terra, sem gerar suspeita, pois tratar-se-ia de um conhecimento eminentemente apolítico, e, ainda mais, inútil. Lacoste mostra esta relação entre os dois planos, discutindo o uso, pelo Departamento de Estado dos E.U.A., das “ingênuas” teses francesas, nos bombardeios do Vietnã.

Vê-se que a crítica de Lacoste é bastante incisiva, colocando a Geografia como instrumento de dominação da burguesia, dotado de alto potencial prático e ideológico, assim pondo a descoberto o seu caráter de classe. Desta forma, o questionamento das teses tradicionais, efetuado pela Geografia Crítica, é muito mais profundo. Incide nos compromissos sociais e nos posicionamentos políticos em jogo, e aponta para propostas de renovação, que implicam uma ruptura com a Geografia Tradicional, e, mais que isso, na construção de um conhecimento que lhe seja antagônico, de um discurso que a combata, de teorias que se contraponham às tradicionais. Daí Lacoste definir seu trabalho como “guerrilha epistemológica”. Esta é a via revolucionária da renovação do pensamento geográfico, que agrupa aqueles autores imbuídos de uma perspectiva transformadora, que negam a ordem estabelecida, que vêem seu trabalho como instrumento de denúncia e com arma de combate; enfim, que propõem a Geografia como mais um elemento na superação da ordem capitalista. A crítica radical do pensamento tradicional é, dessa maneira, uma exigência do tom das propostas de renovação efetuadas.

Continuamos no livro de Lacoste, como exemplificação. Este autor admite que os detentores do poder (seja o Estado ou a grande empresa) sempre possuem uma visão integrada do espaço, dada pela intervenção articulada em vários lugares. Por outro lado, o cidadão comum tem uma visão fracionada do espaço, pois só concebe os lugares abarcados por sua vivência cotidiana, e só esporadicamente possui informações (e mesmo assim truncadas) da realidade de outros lugares. O indivíduo conhece sua rua, seu quarteirão, seu bairro, o local de seu trabalho, os locais de seu lazer, uma localidade visitada numas férias, talvez sua cidade; entretanto, mesmo essa consciência se dá de uma forma parcial. Duas pessoas podem viver na mesma cidade, concebendo-a de forma diferente, em função de seus interesses e de sua área de ação (um habitante da zona sul de São Paulo pode desconhecer totalmente o que se passa na periferia da zona leste). Por outro lado, o Estado tem uma visão integrada articulada do espaço, pois age sobre todos os lugares, e isto se transforma numa arma de mais de dominação. Assim, argumenta Lacoste, é necessário construir uma visão integrada do espaço, numa perspectiva popular, e socializar este saber, pois ele possui fundamental valor estratégico nos embates políticos. Diz explicitamente: “é necessário saber pensar o espaço, para saber nele se organizar, para saber nele combater”.

O propósito expresso por Lacoste define, de forma clara, os objetivos e a postura da Geografia Crítica. Esta assume inteiramente um conteúdo político explícito, que aparece de forma cabal na sua afirmação, “a Geografia é uma prática social em relação à superfície terrestre”, ou na de D. Harvey, “a questão do espaço não pode ser uma resposta filosófica para problemas filosóficos, mas uma resposta calçada na prática social”; aparece, ainda, na afirmação de M. Santos, “o espaço é a morada do homem, mas pode ser também sua prisão”. Vê-se que a renovação geográfica passa a ser pensada, em termos de teoria e prática, como uma práxis revolucionária, naquele sentido de que não basta explicar o mundo, pois cumpre transformá-lo. Vê-se a distância alcançada por esta posição, em relação à renovação empreendida pela Geografia Pragmática.

A Geografia Crítica tem suas raízes na ala mais progressista da Geografia Regional francesa. A figura de Jean Dresch aparece, no seio desse movimento, como um exemplo único de afirmação de um discurso político crítico; suas teorias foram já uma antecipação (Dresch escreve suas obras nas décadas de 30 e 40). Esta ala da Geografia Regional vai progressivamente se inteirando do papel dos processos econômicos e sociais, no direcionamento da organização do espaço. Assim, abre uma discussão mais política na análise geográfica. Tal abertura embasou-se na crescente importância do elemento humano na Geografia francesa, que aparece: na diferenciação entre meio e meio geográfico, na sujeição da Geografia Física à Humana, e na idéia da região como produto

histórico (e sua valorização como objeto primordial). Assim, a Geografia Regional francesa aproximou-se da História e da Economia. É no bojo desse processo que germinam as primeiras manifestações de um pensamento geográfico crítico, ao se introduzir na análise regional novos elementos.

A primeira manifestação clara dessa renovação crítica pode ser detectada na proposta da *Geografia Ativa*, nome de um livro (escrito por P. George, Y. Lacoste, B. Kayser e R. Guglielmo), que marcou toda uma geração de geógrafos. A Geografia Ativa opunha-se à Geografia Aplicada. Sua proposta era a de executar um tipo de análise, que colocasse a descoberto as contradições do modo de produção capitalista, nos vários quadros regionais. Ensejava assim uma Geografia de denúncia de realidades espaciais injustas e contraditórias. Tratava-se de explicar as regiões, mostrando não apenas suas formas e sua funcionalidade, mas também as contradições sociais aí contidas: a miséria, a subnutrição, as favelas, enfim as condições de vida de uma parcela da população, que não aparecia nas análises tradicionais de inspiração ecológica. Esta proposta veiculava um ideal humanista e conseguia um peso político, em função de sua potencialidade de constatação e divulgação da manifestação espacial de problemas sociais. Daí a idéia, desenvolvida por estes autores, do espaço como base da vida social, e sua organização como reflexo da atividade econômica.

Entretanto, esta Geografia de denúncia não rompia, em termos metodológicos, com a análise regional tradicional. Mantinha-se a tônica descritiva e empirista, apenas passava-se a englobar no estudo tópicos por ela não abordados. Introduziam-se novos temas, mantendo os procedimentos gerais da análise regional. Fazia-se uma descrição da vida regional, que não encobria as contradições existentes no espaço analisado. Sendo a realidade injusta, sua mera descrição já adquiria um componente de oposição à ordem instituída. Tal perspectiva aparece com clareza, por exemplo, em obras como a *Geografia da Fome* de Josué de Castro, ou a *Geografia do Subdesenvolvimento* de Y. Lacoste. Estes livros não iam além da proposta regional, porém apresentavam realidades tão contraditórias, que sua simples descrição adquiria uma força considerável de denúncia, fazendo da Geografia um instrumento de ação política. Estes estudos tiveram um papel significativo, pois abriram novos horizontes para os geógrafos, ao apontarem uma perspectiva de engajamento social, de atuação crítica.

O autor que mais se destacou dentro desse movimento foi, sem dúvida alguma, Pierre Geogrg. Seu grande mérito foi introduzir pioneiramente alguns conceitos marxistas na discussão geográfica. Este autor vai tentar uma conciliação da metodologia da análise regional com o instrumental conceitual do Materialismo Histórico. Assim, discute as relações de produção, as relações de trabalho, a ação do grande capital, as forças produtivas etc., em suas análises regionais. P. Geogrg elabora uma extensa obra, constituída de ensaios, como *Sociologia e Geografia*; manuais, como *Geografia Econômica*; e estudos concretos, tanto monográficos, como *Geografia da U.R.S.S.* ou *Europa Central*, quanto sintéticos, como *A ação do homem* ou *Panorama do mundo atual*. As colocações desse autor ainda estão à espera de uma interpretação mais minuciosa.

A Geografia de denúncia não realizou por inteiro a crítica da Geografia Tradicional, apesar de politizar o discurso geográfico. Por esta razão, ela se mostrou problemática, sem que isso atentasse à sua importância e eficácia política. Se, por um lado, criava uma perspectiva de militância para os geógrafos conscientes, por outro não resolvia a contento as questões internas dessa disciplina, pois colocava a explicação das realidades estudadas fora do âmbito da Geografia, ficando esta como um levantamento dos lugares, um estudo da projeção do modo de produção no espaço terrestre. Assim, limitava-se a um estudo das aparências, sem possibilidade de indagar a respeito da essência dos problemas. A manutenção da ótica empirista vedava a análise dos processos essenciais e a explicação era sempre externa à Geografia. Poder-se-ia dizer que estes autores tinham uma ética de esquerda, porém instrumentalizada numa epistemologia positivista. Daí, sua posterior superação.

A Geografia Crítica também se desenvolveu bastante a partir dos estudos temáticos, notadamente aqueles dedicados ao conhecimento das cidades (que não devem ser confundidos com a Geografia Urbana tradicional). Aqui, foi particularmente importante a contribuição dada por autores não-geógrafos. O contato com teorias extra-geográficas foi bastante benéfico; basta pensar na influência de um sociólogo, como M. Castels, ou de um filósofo, como H. Lefebvre; o primeiro através de seu livro já clássico *A questão urbana*, o segundo através de obras como *A produção do espaço* e *Espaço e Política*. A influência de urbanistas, como J. Lojkin ou M. Folin, também é sensível. No rol das influências extrageográficas, o nome de M. Foucault deve ser mencionado, por suas colocações sobre a relação entre o espaço e o poder, contidas em *Microfísica do Poder*. Na verdade, a Geografia Crítica abre para um leque bastante amplo de influências “externas”. Afinal, romper o isolamento do geógrafo é também uma de suas metas.

Entre estes trabalhos temáticos, que enfocam o urbano, um destaque deve ser dado para a figura de David Harvey. Este autor esteve na vanguarda do neopositivismo da reflexão geográfica; depois rompeu radicalmente com a perspectiva pragmática, escrevendo uma obra que traduz uma profunda autocrítica: *A justiça social e a cidade*. Neste livro, faz a crítica das teorias liberais sobre a cidade, e assume uma postura socialista. Realiza então uma leitura das colocações marxistas, tentando empregar a teoria da renda fundiária na análise da valorização do espaço urbano. Analisa o uso do solo, um tema clássico da Geografia, à luz das categorias do valor-de-uso e do valor-de-troca. Nessa reflexão, adianta bastante as formulações a respeito de uma dialética do espaço, e chega a algumas concepções interessantes, como, por exemplo, a de “ver as formas espaciais enquanto processos sociais no sentido de que os processos sociais são espaciais”.

Trabalhando com uma concepção mais ampla, isto é, numa escala mais abrangente do que a do fenômeno urbano, vários autores vêm realizando uma discussão crítica a respeito do território. Assim, enfocam a expansão espacial das relações capitalistas de produção, as formas espaciais e os fluxos gerados, a organização do espaço implementada por este modo de produção, enfim, a lógica do capital na apropriação e ordenação dos lugares. Dentro desta perspectiva, podem-se destacar as formulações de A. Lipietz, que escreveu uma obra intitulada *O capital e seu espaço*; de F. Indovina e D. Calabi, que escreveram um sugestivo artigo sobre o *uso capitalista do território*, e do mesmo F. Indovina, autor do interessante trabalho *Capital e Território*. Em todos estes trabalhos, tenta-se entender a essência da organização do espaço terrestre no modo de produção capitalista. Com tal finalidade, retoma-se a discussão de questões como a relação entre a sociedade e o solo, o Estado e o território e os recursos e a atividade econômica. Estas questões são integradas num contexto de discussão, informado pela Economia Política e orientado pelo legado teórico de Marx. Os resultados daí oriundos são bastante sugestivos e estimulantes.

Vê-se que os caminhos buscados pelas várias propostas da Geografia Crítica são numerosos, diferentes, e todos igualmente importantes. Caberia ainda mencionar obras significativas, que exemplificam este esforço: algumas abordando pontos especificamente metodológicos, como *Geografia e Ideologia* de J. Anderson, ou à Geografia Pragmática, como *Geografia e Tecnoburocracia* de Melhem Adas. Há de se destacar o papel das revistas *Herodote* e *Antípoda*, na veiculação desta bibliografia crítica. Alguns eventos, - como o congresso organizado pelo Instituto Gramsci, versando sobre o tema “Homem, natureza e sociedade: ecologia e relações sociais” - também se articulam com este esforço renovador. Enfim, há muito sendo feito, e mais ainda por se fazer.

Em termos de uma concepção mais global de Geografia, cabe uma exposição mais minuciosa da proposta de Milton Santos, apresentada em seu livro *Por uma Geografia nova*. Esta obra expressa uma tentativa sintética de outros trabalhos desse autor, representando uma proposta geral para o estudo geográfico - é assim um livro de claro conteúdo normativo. Neste trabalho, depois de avaliar criticamente a Geografia Tradicional, a crise do pensamento geográfico e as principais propostas de renovação, efetivadas pela Geografia Pragmática, M. Santos passa a expor

sua concepção do objeto geográfico. Tenta dar uma resposta para a questão primordial desse volume: o que é a Geografia. Ou, melhor, como deve ser a análise do geógrafo. Cabe apresentar mais detalhadamente esta proposta, que é uma das mais amplas e substantivas empreendidas pela Geografia Crítica.

Milton Santos argumenta que é necessário discutir o espaço social, e ver a produção do espaço como o objeto. Este espaço social ou humano é histórico, obra do trabalho, morada do homem. É assim uma realidade e uma categoria de compreensão da realidade. Toda sua proposta será então uma tentativa de apreendê-lo, de como estudá-lo. Diz que se deve ver o espaço como um campo de força, cuja energia é a dinâmica social. Que ele é um fato social, um produto da ação humana, uma natureza socializada, que pode ser explicável pela produção. Afirma, entretanto, que o espaço também é um fator, pois é uma acumulação de trabalho, uma incorporação de capital na superfície terrestre, que cria formas duráveis, as quais denomina “rugosidades”. Estas criam imposições sobre a ação presente da sociedade; são uma “inércia dinâmica” – tempo incorporado na paisagem – e duram mais que o processo que as criou. São assim uma herança espacial, que influi no presente. Por esta razão, o espaço é também uma instância, no sentido de ser uma estrutura fixa e, como tal, uma determinação que atua no movimento da totalidade social. As formas espaciais são resultados de processos passados, mas são também condições para processos futuros. As velhas formas são continuamente revivificadas pela produção presente, que as articula em sua lógica. Caberia, antes de mais nada, entender como se dá este movimento.

Milton Santos argumenta que toda atividade produtiva dos homens implica numa ação sobre a superfície terrestre, numa criação de novas formas, de tal modo que “produzir é produzir espaço”. Afirma que a organização do espaço é determinada pela tecnologia, pela cultura e pela organização social da sociedade, que a empreendem. Na sociedade capitalista, a organização espacial é imposta pelo ritmo de acumulação. Na verdade, esta representa uma dotação diferencial de instrumentos de trabalho, na superfície do planeta, uma fixação de capital no espaço, obedecendo a uma distribuição “desigual e combinada”. Diz que, desta forma, os lugares manifestam uma combinação de capital, trabalho, tecnologia e trabalho morto, expresso nas “rugosidades”.

O autor diz ainda que a unidade de análise do geógrafo deve ser o Estado Nacional, pois, só levando em conta esta escala, pode-se compreender os vários lugares contidos em seu território. O Estado é o agente de transformação, de difusão e de dotação. É o intermediário entre as forças internas e externas. Assim, não é passivo; ao contrário, orienta os estímulos e é o grande criador das “rugosidades”. O Estado manifesta o modo de produção, nas várias porções da Terra e é por este determinado; logo, passa a sua lógica ao estabelecer e dirigir a ordem espacial.

Tendo estabelecido estes argumentos, M. Santos avança sua proposta. Coloca que as diferenças dos lugares são naturais e históricas, e que a variação da organização do espaço é fruto de “uma acumulação desigual de tempo”. Essa organização é uma combinação de variáveis, resíduos vivificados pelo tempo presente, unificados num movimento geral pelo Estado. Assim, uma articulação de elementos naturais e processos históricos, de passado e presente, “variáveis assíncronas funcionando sincronicamente”. Desta forma, há um contínuo processo de modernização em curso, que não atinge todos os lugares ao mesmo tempo, que é estimulado pelo Estado, e que obedece à lógica do capital e não aos interesses do homem (manifestando-se então como uma modernização maldosa). Tal processo define os usos do solo, a apropriação da natureza, as relações entre os lugares, enfim a organização do espaço. Seu traço geral é a desigualdade, pois a história do capital é seletiva, elege áreas, estabelece uma divisão territorial do trabalho, impõe uma hierarquização dos lugares, pela dotação diferenciada de equipamentos. É tal processo que deve ser objeto de preocupação dos geógrafos, que o analisarão, em cada manifestação concreta, tendo em vista uma Geografia mais generosa e vendo o espaço como um lugar de luta.

Esta é, em termos bem resumidos, a proposta de Milton Santos, uma das mais amplas e acabadas da Geografia Crítica. Há de se ressaltar que este autor já a substantivou, em alguns pontos

mais específicos, como na análise da organização interna das cidades, e seu papel na organização regional. Tais estudos encontram-se expostos em vários artigos e em livros, como *O espaço dividido*, *As cidades do Terceiro Mundo*, *Pobreza urbana* e *Geografia e Sociedade*. As formulações de Milton Santos representam uma das propostas da Geografia Crítica, exemplificando bem a postura política e o posicionamento social que a caracterizam.

Entretanto, a proposta de M. Santos é uma das perspectivas, convivendo, no seio da Geografia Crítica, com outras, que lhe são diferenciadas e mesmo antagônicas em alguns pontos. Isto coloca uma questão central, a da dialética entre unidade e diversidade, no interior do pensamento geográfico crítico.

Pode-se dizer que a Geografia Crítica é uma frente, onde obedecendo a objetivos e princípios comuns, convivem propostas díspares. Assim, não se trata de um conjunto monolítico, mas, ao contrário, de um agrupamento de perspectivas diferenciadas. A unidade da Geografia Crítica manifesta-se na postura de oposição a uma realidade social e espacial contraditória e injusta, fazendo-se do conhecimento geográfico uma arma de combate à situação existente. É uma unidade de propósitos dada pelo posicionamento social, pela concepção de ciência como momento da práxis, por uma aceitação plena e explícita do conteúdo político do discurso geográfico. Enfim, unitários objetivam-se através de fundamentos metodológicos diversificados. Daí, advém uma grande diversidade metodológica, no âmbito da Geografia Crítica. Esta apresenta um mosaico de orientações metodológicas, bastante variado: estruturalistas, existencialistas, analíticos, marxistas (em suas várias nuances), ecléticos etc. Aqui a unidade se esvanece, mantendo-se, como único traço comum, o discurso crítico. São buscados, para fundamentar as propostas efetuadas, autores bastante díspares: Adorno, Foucault, Mao Tse-Tung, Lefort, Godelier, Barthes, Lênin, Sartre, entre outros. Vê-se que a gama de orientações abarcada é realmente ampla. Assim, há uma unidade ética, substantivada numa diversidade epistemológica.

Esta diversidade é em certo sentido benéfica, pois estimula o debate, gera polêmicas e faz avançar as colocações. Onde há discussão há vida, onde há debate aflora o pensamento crítico, onde há polêmica há espaço para o novo, para a criação. Por isso, a Geografia na atualidade estimula a reflexão; a queda das “verdades” fossilizadas age nesse sentido. Buscam-se novos caminhos, questionam-se velhas concepções, tentam-se novas fórmulas. Existe um enorme horizonte pela frente, na elaboração dessa Geografia nova, resta muito trabalho por fazer. Assim, a Geografia Crítica é um desafio, e uma promessa.

Finalizando, pode-se dizer que o movimento de renovação, atualmente em curso na Geografia, com suas duas vertentes, reproduz, ao nível desse campo específico do conhecimento, o embate ideológico contemporâneo – reflexo, no plano da ciência, da luta de classes na sociedade capitalista. Os geógrafos críticos, em suas diferenciadas orientações, assumem a perspectiva popular, a da transformação da ordem social. Buscam uma Geografia mais generosa e um espaço mais justo, que seja organizado em função dos interesses dos homens.



Palavras finais

O pensamento geográfico vivencia na atualidade um amplo processo de renovação. Rompe-se com as descrições áridas, com as exaustivas enumerações, enfim com aquele sentimento de inutilidade que se tem ao decorar todos os afluentes da margem esquerda do rio Amazonas. Este movimento abrange novas perspectivas para o geógrafo. Alguns dirão que a Geografia está em crise. Porém, como já afirmou um combativo companheiro: “viva a crise”. Pois esta enseja uma revisão crítica do que tem sido esta disciplina. Entretanto, a crítica, para ser conseqüente a levar a um resultado socialmente superior, necessita do conhecimento do passado e do equacionamento claro do presente. Caso contrário, caímos no risco de substituir uma Geografia positivista por uma Sociologia espacial também positivista; ou, pior, liquidar a problemática geográfica substituindo-a por chavões pseudo-revolucionários.

Este movimento de renovação já se manifesta hoje no Brasil. Sua introdução se deu pela vertente da Geografia Pragmática, com as benesses do Estado e no bojo do clima de total falta de liberdade de expressão e discussão. Daí a defesa da Geografia Tradicional ter aparecido em alguns momentos como elemento de resistência democrática ao nível dessa disciplina. Houve um momento, em meados da década passada, em que se teve a sensação de que havia um consenso em torno da proposta neo-positivista, tal o monopólio da Geografia Quantitativa. Felizmente, era uma sensação falsa, pois foi aumentando o número de vozes contrárias a esta Geografia, aqui umbilicalmente ligada a um modelo econômico e político anti-social. Do “desafinar o coro dos contentes” passou-se à elaboração de uma alternativa, na medida em que se abriam os espaços para a discussão e mobilização social (num processo em que a anistia, trazendo de volta nomes como o de Milton Santos, jogou um papel considerável).

É aqui que nos encontramos hoje, na busca de uma proposta alimentada por um ideal humanista. É esta busca que animou a execução do presente livro. Pois a construção de uma Geografia centrada na ótica do trabalho, que se contraponha aos interesses do capital e seja um instrumento de libertação do brasileiro, não poderá ser uma ação de poucos. Temos um longo caminho pela frente, “a lua é pequenina, e a caminhada perigosa”.

